

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Auditório da Casa das Artes de Arcos de Valdevez, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob a presidência de Francisco Rodrigues de Araújo, secretariado por Manuel Caldas Brito – primeiro secretário – e Susana Maria de Melo Amorim, em substituição da segunda secretária por motivo de falta desta. -----

À chamada, que se efetuou às quinze horas, por falta de quórum à hora marcada para o início da reunião (catorze horas e trinta minutos), responderam sessenta e cinco membros da Assembleia Municipal. -----

JUSTIFICAÇÕES DE FALTA – apresentaram justificação de falta, que foi aceite, as senhoras Elsa Cristiana da Silva Rocha, Ana Cristina Sarramalha Cerqueira e Glória do Carmo Gomes Alves e os senhores Miguel Dias Fernandes e Romão Paulo Amorim Fernandes de Araújo. -----

Não estiveram presentes nesta reunião, nem justificaram a sua falta, os senhores Albino Mário Borges Ferrão e David Manuel Rodrigues Ferreira Gomes e a Senhora Sylvie Pereira Fernandes. -----

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA: - o Senhor Presidente da Assembleia informou que Pedro Miguel Costa de Sousa, Maria Emília e Sousa Cerqueira e António Duarte Teixeira Afonso Rodrigues, do Grupo Municipal do PSD; Flávia Daniela Oliveira Afonso, Ana Teresa Ribeiro Lage, Rui Manuel de Sousa Araújo e Maria Madalena Afonso Alves Pereira Pimenta Ferreira, do Grupo Municipal do PS, e Sandra Maria Pereira Pires Barreira, do Grupo Municipal da CDU, solicitaram substituição por ausência temporária inferior a trinta dias, tendo sido convocados para as/os substituir nesta sessão Elisabete Dias de Sousa Amorim, José de Brito Esteves, Miguel Dias Fernandes, Ana Cristina Sarramalha Cerqueira, António José Coelho Veloso, Sylvie Pereira Fernandes, Dina Mara Lima de Sousa e Romão Paulo Amorim Fernandes de Araújo. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, declarando-a à disposição de quem pretendesse consultá-la. -----

Tendo-se procedido ao registo magnético da sessão, e verificando-se estar o mesmo em boas condições, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS: - não houve inscrições para discussão do projeto da ata, vindo o mesmo a ser **aprovado, por unanimidade**. Não participou na votação quem não esteve presente na sessão a que a mesma respeita. -

A) INTERVENÇÕES COMEMORATIVAS DO 48º ANIVERSÁRIO DO “25 DE ABRIL”

Intervieram António Faria (CDS/PP) – *Anexo 1*, Carla Fonseca (PS) – *Anexo 2* e José Gonçalves (PSD) – *Anexo 3*. -----

B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram António Faria (CDS/PP) – *Anexo 4*; Rui Aguiam – *Anexos 5 e 21*; José Pereira (PS) – *Anexos 6 e 10*; António Maria Sousa – *Anexos 7 e 20*; Ana Gave (PS) – *Anexos 8 e 17*; Presidente da Assembleia – *Anexo 9*; Helena Silva (PSD) – *Anexo 11*; Elsa Esteves (PS) – *Anexo 12*; Fernando Fonseca (CDS/PP) – *Anexo 13*; Norberto Brito (PSD) – *Anexo 14*; Andreia Pinto – *Anexos 15 e 19*; José Gonçalves (PSD) – *Anexo 16*; Vítor Sousa (PS) – *Anexo 18* e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Alberto Gerpe Saraiva de Meneses** (*Anexos 4 e 5*), antigo membro desta Assembleia ao longo de três mandatos, apresentados pelo Grupo Municipal do CDS/PP e pelo Senhor Rui Aguiam, e subscritos pelos Grupos Municipais do PSD e do PS. -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Agostinho Manuel Amorim de Sousa** (*Anexos 6 e 7*), escrivão adjunto do Tribunal Judicial de Arcos de Valdevez, apresentados pelo Grupo Municipal do PS e pelo Senhor António Maria Sousa, e subscritos pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS/PP, Senhor Rui Aguiam e Senhora Susana Amorim. -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Américo de Sequeira** (*Anexos 8 e 9*), que foi Presidente desta Assembleia ao longo de dois mandatos (mil novecentos e setenta e seis / setenta e nove e mil novecentos e noventa e três / noventa e sete), Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez entre mil novecentos e oitenta e dois e mil novecentos e noventa e três, Deputado da Assembleia da República na I e V Legislaturas e também professor do ensino secundário, apresentados pelos Grupos Municipais do PS e do PSD, tendo-se

associado aos mesmos o Grupo Municipal do CDS/PP, os Senhores Rui Aguiam e António Maria Sousa e a Senhora Susana Amorim. -----

- **Aprovada, por unanimidade, moção relativa ao “1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador”** (*Anexo 18*), apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de louvor aos senhores Dr. João Braga Simões e Doutor António Teixeira Rodrigues** (*Anexo 20*), pelo prémio que lhes foi atribuído pela Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar e pela Associação de Investigação Clínica e Inovação Biomédica, apresentado pelo Senhor António Maria Sousa e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, PS e CDS/PP, bem como pelos Senhores Paulo Lopes e Rui Aguiam e Senhora Susana Amorim. -----

- **Aprovado, por maioria com nove abstenções** – Alexandra Esteves, Ana Gave, António Veloso, Carla Fonseca, Elsa Esteves, Jorge Barros, José Pereira, Dina Sousa e Vítor Sousa –, **voto de louvor à Folia – Associação de Festas de Arcos de Valdevez** (*Anexo 21*), pelo seu 20º Aniversário e por toda a atividade desenvolvida, apresentado pelo Senhor Rui Aguiam. -----

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto - *Anexo 22*. -----

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (FEVEREIRO – ABRIL / 2022): -

previamente distribuído por escrito, na forma habitual, o Relatório fica arquivado nos documentos que fazem parte desta ata. -----

Intervieram Fernando Fonseca (CDS/PP) – *Anexo 23*, Jorge Barros (PS) – *Anexos 24 e 25*, Angélica Ferreira (PSD) – *Anexo 26*, Vítor Sousa (PS) – *Anexo 27*, Carla Fonseca (PS) – *Anexo 28*, Ana Gave (PS) – *Anexo 29*, António Maria Sousa, Rui Aguiam, Presidente da Assembleia e Presidente da Câmara. -----

PONTO DOIS – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM): -

o Senhor Presidente da Assembleia referiu que, tendo em conta o trabalho que tem sido desenvolvido pela Associação, no âmbito do apoio e dignificação das Assembleias Municipais, a Comissão Permanente, reunida no passado dia onze de abril, consensualizou a proposta de recomendação à Câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

- Conforme refere o artigo 253.º da Constituição da República Portuguesa, na sua redação atual, os municípios podem constituir associações e federações para a administração de interesses comuns; -----

- Mais especificamente, podem os municípios constituir, alternativamente, associações de fins específicos, nos termos dos artigos 108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra o regime jurídico das autarquias locais, as quais constituem pessoas coletivas de direito público, ou puras associações de direito privado, nos termos preceituados na Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que estabelece o regime jurídico das associações representativas de municípios e das freguesias; -----

- Concretamente em relação às associações de direito privado de municípios disciplinadas pela referida Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, decorre do estatuído no seu art.º 1.º que é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central; -----

- Determina ainda o art.º 2.º da mesma Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como pessoas coletivas de direito privado, nos termos da lei civil; -----

- A ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, pelo estipulado nos artigos 157.º e seguintes do Código Civil e tem desenvolvido um trabalho importante no âmbito da valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios; -----

Propõe que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, recomende à Câmara Municipal que esta delibere a participação do Município de Arcos de Valdevez na ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, com uma quota anual de € 1 425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco euros), sendo este para o efeito representado pelo Presidente da Assembleia Municipal.” -----

Intervio o Senhor Vítor Sousa (PS) – *Anexo 30*. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação à Câmara relativa à adesão do Município à Associação Nacional de Assembleias Municipais**, com uma quota anual de €

1 425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco euros), designando para o efeito o Presidente da Assembleia Municipal como representante do Município, em conformidade com os respetivos estatutos e de acordo com o estipulado no artigo 33º, nº 1, alínea oo) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO TRÊS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS NOVAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS 100% ELÉTRICAS:

- o Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência da aprovação da candidatura do Município à 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública - Fundo Ambiental, e do procedimento PF 730/22 para seleção do preço de aquisição de duas viaturas novas ligeiras de passageiros cem por cento elétricas em regime de Leasing – PF 731/2022 –, se torna necessária a autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, tendo em conta o prazo de execução do contrato, que não cabe na autorização prévia genérica concedida a dez de dezembro de dois mil e vinte e um. Referiu também que o preço base para aquisição das viaturas é de € 53 040,00 (cinquenta e três mil e quarenta euros), com a seguinte repartição de encargos: € 9 212,50 (nove mil duzentos e doze euros e cinquenta cêntimos), em dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e seis, e € 18 425,00 (dezoito mil quatrocentos e vinte e cinco euros), em dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco. -----

Intervieram a Senhora Carla Fonseca (PS) – Anexo 31 – e o Senhor Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por unanimidade, e em conformidade com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, **conceder autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de duas viaturas novas, ligeiras de passageiros cem por cento elétricas, por Contrato de Locação Financeira (Leasing).** -----

PONTO QUATRO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021: - o

Senhor Presidente da Câmara informou que os documentos de prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e um foram elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) e do Anexo à Resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001, no uso da competência prevista na alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os quais se encontram integralmente elaborados e devidamente arquivados, dando-se como aqui integralmente reproduzidos para todo os efeitos legais, sendo acompanhados da respetiva certificação legal, efetuada pelo Revisor Oficial de Contas C.& R. Ribas Pacheco, nos termos do artigo 77º, nº 2 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

Referiu que o saldo da gerência anterior era de € 1 859 455,18 (um milhão oitocentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco euros e dezoito cêntimos), sendo € 310 055,76 (trezentos e dez mil e cinquenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) de execução orçamental, e € 1 549 399,42 (um milhão quinhentos e quarenta e nove mil trezentos e noventa e nove euros e quarenta e dois cêntimos) de operações de tesouraria; que as receitas orçamentais foram de € 25 739 103,61 (vinte e cinco milhões setecentos e trinta e nove mil cento e três euros e sessenta e um cêntimos), sendo € 20 507 547,50 (vinte milhões quinhentos e sete mil quinhentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos) de correntes, € 4 921 500,35 (quatro milhões novecentos e vinte e um mil e quinhentos euros e trinta e cinco cêntimos) de capital; e entradas de operações de tesouraria € 495 281,58 (quatrocentos e noventa e cinco mil duzentos e oitenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos). -----

Que as despesas orçamentais foram de € 25 569 162,06 (vinte e cinco milhões quinhentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e dois euros e seis cêntimos), sendo € 14 267 055,05 (catorze milhões duzentos e sessenta e sete mil e cinquenta e cinco euros e cinco cêntimos) de correntes, e € 11 302 107,01 (onze milhões trezentos e dois mil cento e sete euros e um cêntimo) de capital, efetuando-se ainda pagamentos por operações de tesouraria de € 397 113,43 (trezentos e noventa e sete mil cento e treze euros e quarenta e três cêntimos). -----

Que transitou para a gerência seguinte um saldo de € 1 817 509,12 (um milhão oitocentos e dezassete mil quinhentos e nove euros e doze cêntimos), sendo € 169 941,55 (cento e sessenta e nove mil e novecentos e quarenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos) de execução orçamental e € 1 647 567,57 (um milhão seiscentos e quarenta e sete mil quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos) de operações de tesouraria. -----

Que o Resultado Líquido do Exercício negativo do ano ascendeu a € -1 865 254,00 (-um milhão oitocentos e sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e quatro euros). -----

Intervieram Eduardo Pontes (PS) – *Anexo 32*, Fernando Fonseca (CDS/PP) – *Anexo 33*, Elizabeth Fernandes (PSD) – *Anexo 34*, António Maria Sousa, Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara, Alexandra Esteves (PS) e Rui Aguiam. -----

- A Assembleia deliberou, por maioria com nove votos contra – Alexandra Esteves, Ana Gave, António Veloso, Carla Fonseca, Eduardo Pontes, Elsa Esteves, Jorge Barros, José Pereira e Vítor Sousa – **e duas abstenções** – António Faria e Fernando Fonseca –, **apreciar favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte e um**, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e no nº 2 - alínea l) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Não se encontrava na sala no momento da votação a Senhora Dina Sousa. -

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto – *Anexo 35*. -----

PONTO CINCO – PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2022: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta, com um valor global de € 271 221,00 (duzentos e setenta e um mil e duzentos e vinte e um euros) e que aqui se dá como integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, foi elaborada nos termos da NCP 26 do SNC-AP com o ponto 8.3.1 do POCAL. -----

Intervieram os senhores Eduardo Pontes (PS) – *Anexo 36* – e Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por maioria com dez abstenções – Alexandra Esteves, Ana Gave, António Veloso, Carla Fonseca, Eduardo Pontes, Elsa Esteves, Jorge Barros, José Pereira, Dina Sousa e Vítor Sousa – **aprovar a proposta remetida pelo executivo, relativa à Primeira Alteração Orçamental Modificativa e Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e vinte e dois**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto – *Anexo 37*. -----

PONTO SEIS – AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALDEVEZ EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO: - o Senhor Presidente da Câmara explanou sobre a manifesta insuficiência das verbas que o Estado pretende transferir para os Municípios fazerem face às despesas decorrentes das competências previstas no Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, que, por força do disposto no nº 2 do artigo 76º do Decreto-Lei nº 56/2020, de 12 de agosto, foram transferidas para as Autarquias no dia um de abril de dois mil e vinte e dois, salientando que praticamente todas as Câmaras têm contestado esta situação. -----

Referiu que, considerando a necessidade imperativa de assegurar uma gestão próxima, ágil e célere dos estabelecimentos escolares, bem como o papel fundamental e insubstituível da Direção dos Agrupamentos de Escolas em todas as matérias que respeitam à Escola, a Câmara apresentava à consideração da Assembleia a proposta de delegação de competências na Diretora do Agrupamento de Escolas de Valdevez, bem como a respetiva minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, que ficam arquivados nos documentos que fazem parte desta ata e aqui se dão como integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, salientando que se devia considerar excluída do mesmo a alínea d) da cláusula 9ª (contratação de serviços de comunicações). -----

Intervieram António Faria (CDS/PP) – *Anexo 38*, Elsa Esteves (PS) – *Anexo 39* – e Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por maioria com duas abstenções – António Faria e Fernando Fonseca – e em conformidade com o disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **autorizar a celebração de contrato de delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Valdevez em matéria de Educação, tendo sido previamente excluída do mesmo a alínea d) da cláusula 9ª (contratação de serviços de comunicações) e renumeradas as alíneas seguintes.** -----

PONTO SETE – PROTOCOLOS DE APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DE AGUIÃ, PAÇÔ, PADROSO, RIO DE MOINHOS E SISTELO E UNIÕES DE FREGUESIAS DE ARCOS DE VALDEVEZ (S. PAIO) E GIELA, DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA, DE EIRAS E MEI E DE SOUTO E TABAÇÔ: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, se propunha a aprovação dos protocolos de apoio financeiro, a celebrar com as seguintes freguesias e uniões de freguesias, para apoio no valor de trinta mil euros às

obras e/ou fornecimentos indicados, acrescido, com exceção da Freguesia de Sistelo, do financiamento para os trabalhos de limpeza e conservação dos caminhos vicinais: -----

- **Aguiã – € 40 146,00** (quarenta mil cento e quarenta e seis euros) – beneficiação dos caminhos do Corgo e de Ribes e das estradas de Vila Moura e do Outeiro, cujo orçamento ascende a € 50 500,00, (cinquenta mil e quinhentos euros), mais IVA; -----

- **Paçô – € 41 302,00** (quarenta e um mil trezentos e dois euros) – pavimentação da Travessa da Sobreira e da envolvente da Mortuária, saneamento e pavimentação do Caminho de Arremessa e reparação da rede viária, com orçamento no valor de € 41 236,85 (quarenta e um mil duzentos e trinta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), mais IVA; -----

- **Padroso – € 36 187,00** (trinta e seis mil cento e oitenta e sete euros) – repavimentação de vários caminhos da freguesia, drenagem e alargamento de diversos caminhos vicinais e construção de muros, serviços de retroescavadora para beneficiação de caminhos agrícolas e florestais, continuidade do estudo para implementação de miradouro e execução do processo de toponímia, com o custo total de € 38 525,00 (trinta e oito mil quinhentos e vinte e cinco euros), mais IVA; -----

- **Rio de Moinhos – € 37 046,00** (trinta e sete mil e quarenta e seis euros) – abertura e beneficiação do Caminho do Cruzeiro de S. Cipriano – Reboreda, beneficiação e pavimentação do Caminho de Poulos (2ª fase) – Rebelo e beneficiação dos passeios do Cemitério de Rio de Moinhos (talhão 1), obras orçadas no valor de € 41 184,19, (quarenta e um mil cento e oitenta e quatro euros e dezanove cêntimos), mais IVA; -----

- **Sistelo – € 35 816,00** (trinta e cinco mil oitocentos e dezasseis euros) – investimentos não financiados do projeto “Mercado Local de Sistelo” (candidatura comparticipada em 50% no âmbito do PDR2020), cujo valor ascende a € 87 910,04 (noventa e quatro mil seiscentos e oitenta e um euros), mais IVA; -----

- **Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela – € 39 123,00** (trinta e nove mil cento e vinte e três euros) – aquisição de viatura para recolha de resíduos sobrantes na manutenção das vias e espaços do domínio público, com orçamento no valor de € 40 970,00 (quarenta mil novecentos e setenta euros), mais IVA; -----

- **Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada – € 45 291,00** (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e um euros) – manutenção dos cemitérios paroquiais, arranjos de espaços públicos (valetas e reparação de vias), adaptação e pintura nas casas da junta e construção de seis bases para ecopontos e contentores, promoção e divulgação de serviços e respetivas estruturas e aquisição de software e página na internet, cujo valor total de adjudicação é de € 37 912,80 (trinta e sete mil novecentos e doze euros e oitenta cêntimos), mais IVA. -----

- **Eiras e Mei – € 37 128,00** (trinta e sete mil cento e vinte e oito euros) – alargamento do Cemitério Paroquial de Eiras (3ª fase), alargamento e pavimentação de diversos caminhos vicinais e execução do processo de toponímia (1ª fase), cujo valor total de adjudicação é de € 40 505,98 (quarenta mil quinhentos e cinco euros e noventa e oito cêntimos), mais IVA; -----

- **Souto e Tabaçô – € 46 639,00** (quarenta e seis mil seiscentos e trinta e nove euros) – Cemitério de Souto (2ª fase), Caminho Lameira Milhundos – Souto (1ª fase), Caminho da Manguinha – Souto (1ª fase), Caminho do Engenho – Souto, alargar curva no lugar de Montinho – Tabaçô, pintura e arranjo do Cemitério de Tabaçô, bases para os contentores do lixo e outros arranjos, com o valor total orçamentado de € 55 530,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos e trinta euros), mais IVA; -----

Intervieram os senhores Vítor Sousa (PS) – *Anexo 40*, António Maria Sousa, Rui Aguiam, António Faria (CDS/PP) e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade**, e em conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar os protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias de Aguiã, Paçô, Padroso, Rio de Moinhos e Sistelo e uniões de freguesias de Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela, de Eiras e Mei e de Souto e Tabaçô.** -----

- **Deliberou também, por maioria com o voto contra** de António Maria Sousa e **dez abstenções** – Alexandra Esteves, Ana Gave, António Veloso, Carla Fonseca, Eduardo Pontes, Elsa Esteves, Jorge Barros, José Pereira, Dina Sousa e Vítor Sousa – **aprovar o protocolo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada.** -----

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto – *Anexo 41*. -----

PONTO OITO – PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS DE ÁZERE, CENDUFE, COUTO,

GONDORIZ, JOLDA (S. PAIO), PAÇÔ, PROZELO, RIO DE MOINHOS, RIO FRIO, GRADE E CARRALCOVA, JOLDA (MADALENA) E RIO CABRÃO, PADREIRO (SALVADOR E SANTA CRISTINA), PORTELA E EXTREMO, SOUTO E TABAÇÔ, TÁVORA (SANTA MARIA E S. VICENTE) E VILELA, S. COSME E S. DAMIÃO E SÁ: - o Senhor Presidente da Câmara informou que as presentes propostas de alteração dos acordos já celebrados visava a atualização dos valores relativos à limpeza de vias a transferir para as freguesias e uniões de freguesias referidas, que passou de quatrocentos para quatrocentos e cinquenta euros por quilómetro, bem como, em alguns casos, o aditamento de competências que entretanto as juntas decidiram assumir. -----

Intervieram a Senhora Ana Gave (PS) – *Anexo 42* – e os senhores António Maria Sousa, Rui Aguiam e Presidente da Câmara. -----

- A Assembleia deliberou, por unanimidade, e em conformidade com o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, e na alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, nas suas atuais redações, **aprovar as propostas de alteração aos Acordos de Transferência de Competências e Autos de Transferência de Recursos celebrados com as freguesias de Ázere, Cendufe, Couto, Gondoriz, Jolda (S. Paio), Paçô, Prozele, Rio de Moinhos e Rio Frio, e uniões de freguesias de Grade e Carralcova, de Jolda Madalena e Rio Cabrão, de Padreiro (Salvador e Santa Cristina), de Portela e Extremo, de Souto e Tabaçô, de Távora (Santa Maria e São Vicente) e de Vilela, S. Cosme e S. Damião e Sá.** -----

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto – *Anexo 43*. -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - o Senhor Presidente da Assembleia leu a minuta da ata desta sessão, colocando-a à apreciação do Plenário. Não havendo inscrições para a sua discussão, passou-se de imediato à votação, vindo o documento a ser **aprovado por unanimidade**, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

D) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e, quando eram vinte e uma horas e dez minutos, encerrou os trabalhos desta sessão, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, há-de ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Isabel Gonçalves, que a lavrei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXOS

1 a 43

29/04/2022

25 de ABRIL DE 2022

Intervenção Política

42-1

Saúdo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa os membros da Mesa e a funcionária municipal destacada para secretariar. Saúdo ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa os srs. Vereadores presentes, bem como o funcionário municipal, destacado para exercer assessoria ao executivo.

Cumprimento igualmente os membros da Assembleia Municipal presentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Celebrou-se na passada segunda-feira, mais um aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, que interrompeu um logo período de governação de partido único, imposto aos portugueses, dez anos após o termo da 1ª guerra mundial, que, além de inúmeras baixas humanas trouxe ao país um período de miséria, insegurança e pobreza, que os governos de então não conseguiram suster.

Nesse contexto e face ao descontentamento popular, logo surgiram os salvadores da pátria que facilmente substituíram o poder democrático (já anárquico à época), por um poder musculado imposto pelos militares revoltosos, à imagem das suas ideias dominantes, que pouco a pouco se foi refinando, sempre com o espectro da necessidade de recuperar a economia gerida por monopólios estatais, ou por outros de origem parental, cujo objetivo era produzir lucros para a classe dominante e a continuação da pobreza do povo, a quem de longe a longe e a muito custo, ofereciam um qualquer benefício, anunciado com pompa e circunstância e de preferência associado a qualquer ato religioso.

Falo do passado distante, porque a ditadura de que falei, durou tanto como os anos de revolução que assinalámos, ou seja 48 anos. Se a revolução de 1926 teve como causa as consequências de uma guerra mundial, a revolução de 1974, teve como causa a guerra do ultramar.

Há várias versões sobre as causas e desenvolvimentos posteriores, que respeito e também tenho a minha que não divulgarei, para não tornar exaustiva esta intervenção. Apenas direi, em Abril de 74, exultei e sonhei. Rapidamente acordei do sonho e lutei pela Liberdade, que obtivemos em Novembro de 1975, quando nos libertamos das tentativas sucessivas de implementação de um outro regime autoritário, ainda vigente em alguns pontos do globo e que espera disfarçado, oportunidade para entrar em ação.

A atual guerra, ainda no seu início, já nos trouxe bastantes dificuldades. O aumento dos preços incontrolável para Portugal, que inevitavelmente conduzirá à escassez dos produtos, tornando-os inacessíveis à maioria da população, o aumento das taxas de juro, a forte inflação, que não é acompanhado de um aumento justo dos salários e das pensões, conduzirá ao caminho do descontentamento, e ao do descrédito do regime, como aconteceu no passado. Como membros da União Europeia, não é admissível um golpe militar. Resta o golpe civil legitimado por maiorias obtidas eleitoralmente. Não creio que atualmente em Portugal isso seja possível, primeiro porque o Partido Socialista, enquanto pairar o espírito de Mário Soares honrará o seu legado e segundo a maioria dos seus militantes não o consentiria.

O perigo pode vir dos extremos, quer de esquerda quer de direita. Estejamos atentos e envolvidos nas questões políticas.

Combatamos a abstenção, porque quem se abstém, pouco se importa com quem governa, como governa e para onde conduz o país. Quem se abstém não é indiferente aos problemas, às angústias, e aos sobressaltos comuns de quem se preocupa e cumpre o seu dever cívico. Prefere é que outros decidam por si ou até mesmo contra si e é incapaz de dedicar umas horas da sua vida a ajudar ao funcionamento correto da democracia.

Estou certo que o 25 de Abril se irá comemorar por muitos e longos anos em democracia plena, mas para isso impõe-se o combate ao abstencionismo, combate a que nenhum democrata pode faltar.

No CDS, não faltaremos.

Viva o 25 de Abril

Viva Portugal





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

25 de abril sempre!!

“25 de Abril

Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

Sophia de Mello Breyner



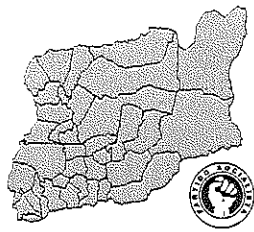
Dirigimo-nos a todos sem esconder a nossa emoção, as circunstâncias especiais do momento e da vida pública do nosso Concelho, motivaram-nos e tocaram-nos no mais fundo de nós próprios para que estivéssemos hoje aqui a entregarmos o nosso contributo pela comunidade onde nascemos e amamos, e em que todos somos responsáveis para que todos os dias se viva dignamente!

Dignidade que é fruto de um trabalho árduo de tantos autarcas, símbolo maior do poder local, também ele uma conquista de Abril!

Hoje é um dia histórico para nós, para aquilo em que acreditamos e para o nosso Concelho. Hoje pela primeira vez na história do Concelho e da Democracia Portuguesa, conquistamos o direito a celebrarmos a conquista da Liberdade sobre a Ditadura na Casa da Democracia da nossa Terra, na nossa Casa, na casa do Povo, na casa todos Nós! Como se faz desde sempre em todo o país, mas que só agora e por tempo limitado de 5 minutos se faz aqui e agora na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez!

E hoje queremos levá-los a recuar no tempo, a recuar não ao ano de 1974 mas ao ano de 1969, ano em que se reuniu pela primeira vez no teatro Alameda a Oposição Democrática, vozes oposicionistas que se erguiam contra o Estado Novo e a Ditadura Militar e que aqui e além, travavam duras lutas que nos levaram onde hoje estamos à Liberdade.





E então nesse dia aqui em Arcos de Valdevez, ouviu-se falar pela primeira vez na palavra "Democracia". Democracia? - Perguntavam o que é a "democracia"? Nunca tinham ouvido essa palavra, nem lido nos livros ou nos jornais. Democracia a palavra mais bela que jamais ouviram, e que lhes mudou a vida para sempre.

O meu pai e avô estavam lá nesse grande momento, e quem sabe muitos de vocês também. E nesse dia também, um jovem advogado chamado Alberto Marques de Oliveira e Silva de Viana do Castelo, opositor ao Estado Novo, já preso político, pela PIDE, e condenado a pena de 18 meses de prisão correcional, acusado de crimes políticos. Disse as seguintes palavras que ainda hoje estão atuais: "Portugal é uma mancha negra na Europa pelo regime fascista, ultranacionalista e autoritário, pelo poder ditatorial, pela repressão do povo e da oposição, por via da força e forte arregimentação da sociedade e da economia, o distrito de Viana do Castelo é uma mancha negra em Portugal, e Arcos de Valdevez é uma mancha negra no distrito de Viana do Castelo."

48 anos passaram desde o 25 de Abril de 1974 e o mundo lembra-nos que é sempre actual celebrar os valores de Abril. É Abril sempre que vemos comportamentos anti-democráticos no mundo ou mesmo aqui na nossa terra. E reforçaremos a vontade de celebrar Abril Sempre, sempre será Abril para nós perante circunstâncias que assim o exijam.

Porque em democracia é intolerável ter-se escravos e chamar-lhes cidadãos!

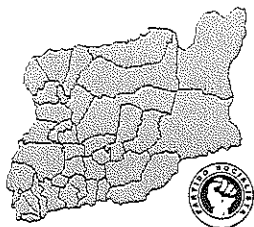
"A democracia aprende-se pelo exercício e constrói-se por meios democráticos. O exercício da democracia significa, aqui e agora: audiência ao Povo, iniciativa popular, participação institucionalizada de todos na criação das condições estruturais da sua implantação" - disse Francisco Sá Carneiro.

Tempos duros passamos e tempos duros nos esperam porque ao contrário da democracia é a opressão, a prisão, e o que é um prisioneiro se não aquele cuja liberdade de pensamento, palavras e movimentos lhe é negada.

Não são também filhos de Abril?

E de um movimento político democrático que lutou pela democracia e pela liberdade? Porque nos cortam a voz? Porque não são também voz e dão voz, pensamento, movimento e ação aos anseios e preocupações de cada arcuense?





A democracia exige isenção, justiça e pluralidade. E deixamos aqui o repto: Mostrem-nos, poder local que são isentos, que são justos, que sabem ouvir, respeitar e aceitar opiniões diferentes; demonstrem que os restantes órgãos autárquicos, juntas e oposição são ouvidos e que tomam as decisões de forma concertada através da consulta popular. Que não são as vossas decisões, mas sim as de todos, as nossas decididas democraticamente.

Convençam-nos que promovem de forma genuína o debate, a informação e a autonomia de todos os cidadãos e cidadãs.

“Todos somos necessários para ganhar este desafio na construção de uma sociedade sem classes, em liberdade, respeitada e a respeitar os direitos do homem através da democracia e da consulta popular.” Conforme disse Mário Soares.

Porque os arcuenses são óptimos, e quando lhes é dada a possibilidade sabem, e fazem a diferença. Somente os pássaros domesticados anseiam os bravos voam.

E às vezes o caminho cheio de espinhos é o que tem de ser feito, porque rara, muita raras vezes o caminho mais fácil é o melhor. E a dignidade não tem preço e o caminho faz-se caminhando. E nós sabemos que estamos no caminho certo quando apesar de todos os obstáculos só temos vontade de continuar.

Como continuamos nestes dois últimos e terríveis anos de pandemia, onde tantos arcuenses e portugueses deram o seu melhor, deram a sua vida, colocaram a sua determinação e o seu saber ao serviço de todos para cuidarem dos outros e revelaram o sentido pleno da palavra Solidariedade, também ela uma palavra de Abril!

E é esta mesma solidariedade que queremos expressar a todos quanto sofrem as mais variadas formas de opressão, em particular nos territórios da Ucrânia e da Rússia.

E deixar-lhes a eles e a todos vós, uma palavra de esperança e de futuro, de que o poema de Ary dos Santos nos fala, referindo-se a este tempo mágico de Abril:





*Isto vai meus amigos isto vai
um passo atrás são sempre dois em frente
e um povo verdadeiro não se trai
não quer gente mais gente que outra gente
Isto vai meus amigos isto vai
o que é preciso é ter sempre presente
que o presente é um tempo que se vai*

*e o futuro é o tempo resistente
Depois da tempestade há a bonança
que é verde como a cor que tem a esperança
quando a água de Abril sobre nós cai.*

*O que é preciso é termos confiança
se fizermos de maio a nossa lança
isto vai meus amigos isto vai.*

Viva Abril! Viva Portugal! Viva a democracia! Viva a Liberdade! Viva Arcos de Valdevez!

29 de abril de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal;
 - Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal;
 - Srs. Presidentes de Junta;
 - Caros colegas;
- E um cumprimento muito especial para os arcuenses combatentes no ultramar e membros do Movimento das Forças Armadas, para as suas famílias, e também para aqueles que direta ou indiretamente participaram na revolução de 1974.

Há 48 anos um país amordaçado por uma ditadura que restringiu liberdades através de prisões, perseguições e torturas, libertava-se através da coragem, astúcia, bravura e estratégia de um Movimento de Militares, rumando à paz e à democracia.

A ditadura atirou-nos para períodos de profunda estagnação, pobreza, fome e guerra, pelo que honrar a Revolução dos Cravos é honrar a máxima que em uníssono trouxe o povo para a Rua: “por vezes é mesmo preciso desobedecer.”

O 25 de abril de 1974 pôs fim à ditadura fascista e à guerra colonial, deu novamente liberdade aos cidadãos, liberdade de escolha, liberdade de expressão, liberdade de género, liberdade política, e abriu caminho para a democracia e para a participação colectiva na tomada de decisões. Repôs a totalidade dos direitos das mulheres, cuja ditadura saneou, retirando-lhes independência, autodeterminação e cuja vida, a ser valorizada em apenas dois anos de prisão pelos Tribunais, como aconteceu com o assassinato de

CHEGOU



Maria Pais Pimenta às mãos do seu marido.

Não era nascido há altura, e apenas posso imaginar as sensações vivenciadas naquele dia por todos aqueles que viveram até ali oprimidos. Mas posso, seguramente e sem qualquer dúvida, afirmar que sem a revolução não estaria onde estou hoje, assim como toda a minha geração, que, privilegiadamente, nasceu e sempre viveu em liberdade.

O regime democrático em que vivemos, quase a atingir os 50 anos, está hoje mais vulnerável do que nunca. A ascensão de partidos de extrema direita no nosso Parlamento, acrescida de uma guerra absurda com motivações imperialistas, centradas na ambição cega de uns, colocará em causa aquilo que hoje é dado como adquirido por todos.

Mais do que nunca importa reforçar ~~o sistema~~ a confiança no nosso sistema democrático. Pois, Portugal continua um país atrasado e pobre, desigual, territorialmente desconforme e com graves falhas ao nível das oportunidades de emancipação dos jovens.

Urge continuar a combater as assimetrias entre as oportunidades daqueles que nascem: no litoral e aqueles que nascem no interior; na capital e no resto do país; nos grandes centros urbanos e nos territórios de baixa densidade e economicamente desfavorecidos; em Benfica, Almada e na Foz, ou em Soajo, Távora e Loureda.

Urge dar condições sociais e económicas para que Portugal deixe de ser um país na cauda da europa, com uma parte dos jovens a emigrar e com outra parte em estagnação, precariedade e sem possibilidade de emancipação.

Porquê?

Porque acredito que ainda há um Portugal sonhado e idealizado por Mário Soares, Álvaro Cunhal, Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro, que ainda está por fazer.

Em 1974 as liberdades tinham um inimigo comum, hoje não têm, têm vários, silenciosos, camuflados. A afetação das liberdades, hoje, emerge das dimensões sociais, culturais, educacionais, económicas e políticas. E, cumprir o 25 de Abril, impõe-nos que trabalhemos, todos, os dias, para garantir que a formalidade da liberdade se transforme em realidade.

10/05

Viva a liberdade.

VOTO DE PESAR

Saúdo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa os membros da Mesa e a funcionária municipal destacada para secretariar. Saúdo ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa os srs. Vereadores presentes, bem como o funcionário municipal, destacado para exercer assessoria ao executivo. Cumprimento igualmente os membros da Assembleia Municipal presentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Como é do conhecimento público, faleceu no passado dia 3 de Março do corrente ano, em Braga, onde residia atualmente, o Senhor Alberto Gerpe Saraiva de Menezes, digno e respeitado arcuense, que no decurso da sua vida activa, procurou servir e engrandecer Arcos de Valdevez, dedicando o seu percurso profissional ao associativismo, em particular à sua vertente económica, ocupando cargos dirigentes em Associações que posteriormente ao 25 de Abril, viveram momentos de dificuldade, que por cegueira ideológica colocaram em perigo a sua existência. Primeira na agora estável e empreendedora Associação Comercial, que com a sua dedicação, esforço e porque não dizê-lo coragem, acompanhado por outros arcuenses, souberam manter viva a chama do associativismo, naturalmente adaptado aos novos tempos que se seguiriam e que hoje permite o dinamismo e a pujança evidente da Associação Comercial.

Arcos de Valdevez, igualmente lhe deve a não extinção da Caixa de Crédito Agrícola de Arcos de Valdevez. Nos órgãos directivos e como gerente da instituição, promoveu a consolidação e crescimento de um banco exclusivamente arcuense, que para servir ainda mais e melhor se fundiu com outras caixas existentes, facto esse que originou a criação da Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste.

Alberto Gerpe Saraiva de Menezes, não serviu apenas o concelho no associativismo económico. Ainda teve tempo para a atividade política partidária. Ajudou na consolidação da Democracia, tendo sido membro desta Assembleia Municipal, embora monárquico, eleito nas lista do CDS, durante três mandatos, 1980/82, 1983/85 e 1985/89.

Pela dedicação a Arcos de Valdevez, onde está sepultado no Cemitério de S. Bento, propomos a esta Assembleia a aprovação de um voto de pesar em sua memória, acompanhado de um minuto de silêncio, e posteriormente, por uma calorosa salva de palmas.

Que deste facto seja dado conhecimento aos seus familiares.

Arcos de Valdevez 29 de Abril de 2022

Pelo CDS/PP

António Faria

Fernando Fonseca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

VOTO DE PESAR

Faleceu no passado dia 03 de março de 2022, **ALBERTO GERPE SARAIVA DE MENEZES**. Nascido a 22/01/1930 em Arcos de Valdevez, filho de Aventino Gerardo Lisboa Saraiva de Menezes e de Maria Dorinda Júlia Gonzalez Gerpe, era viúvo de Maria Adelaide Araújo Rocha Saraiva de Menezes e pai de Gerardo António Araújo Rocha Saraiva de Menezes, Lopo António Araújo Rocha Saraiva de Menezes e de António Alberto Araújo Rocha Saraiva de Menezes.

Exerceu a profissão de Gerente Bancário na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arcos de Valdevez, onde veio a reformar-se em 1995. Depois desta data foi Tesoureiro da Caixa de Crédito Agrícola do Alto Minho, Vogal do Conselho de Supervisão da Caixa do Noroeste até 2015, após o que foi membro com seu Conselho Consultivo. Também trabalhou na antigo Grémio do Comércio que mais tarde deu origem à Associação Comercial de Arcos de Valdevez e foi Gerente da Panificadora Arcoense. Esteve ainda ligado durante vários anos à imprensa local através do Jornal “A Vanguarda”.

Foi Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez em três Mandatos no período compreendido entre 1980 a 1989. Enquanto irmão da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, foi presidente da Mesa da Assembleia Geral durante três mandatos, 1996-1998, 1999-2001 e 2002-2004.

Homem de Família, humilde e de trabalho, foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Arcos de Valdevez-Salvador no período de 05/01/2002 e 23/09/2005, cargo que desempenhou com isenção e dignidade, sempre afirmando que após a eleição não existem maiorias nem minorias, existe um Grupo de Cidadãos eleitos que estão dispostos a trabalhar em prol da Freguesia e para o bem-estar dos seus concidadãos, e que deixou uma enorme saudade em todos que tiveram o privilégio de com ele privar.

A União de Freguesia de AV Salvador, Vila Fonche e Parada expressa publicamente o seu profundo pesar e consternação pelo desaparecimento de uma pessoa com um grande sentido de verticalidade e dever cívico ao longo da sua vida, reconhecendo como um cidadão exemplar e justo, pelo que se propõe que esta Assembleia Municipal delibere;

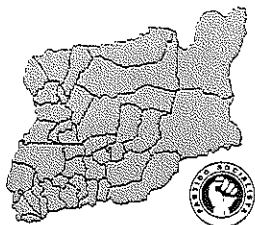
Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifestar à sua destinta família, as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.

Arcos de Valdevez, 22 de abril de 2022

O PRESIDENTE DA JUNTA

U.F. AV SALVADOR, VILA FONCHE E PARADA

Rui Fernando Gonçalves Aguiam



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

Voto de Pesar – Agostinho Manuel Amorim de Sousa

Faleceu no passado dia 20 de abril, na União das Freguesias de Souto e Tabaçô, o Sr Agostinho Manuel Amorim de Sousa, com 62 anos. Natural da Freguesia de Souto, era casado com Ana Maria da Rocha Braga de Sousa, e pai de Laura Braga de Sousa, a frequentar a licenciatura de medicina, e de Duarte Braga de Sousa, militar da Guarda Nacional Republicana.

O Agostinho de Sousa era funcionário judicial na comarca de Arcos de Valdevez. Era também caracterizado por ser um Homem de bom trato, amigo do seu amigo e sempre disponível para trabalhar em prol da comunidade.

Os membros eleitos da lista do Partido Socialista desta Assembleia vêm propor que este órgão aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à distinta família e que, emanado no sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silencia em sua memória.

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez de 29 de abril de 2022

Voto de pesar

Faleceu no passado dia 19 de abril de 2022, aos 62 anos de idade, o Sr. Agostinho Manuel Amorim de Sousa, natural da freguesia de Souto. Era casado com Ana Maria da Rocha Braga Sousa e pai de Duarte Braga Sousa, militar da GNR, e de Laura Braga Sousa, estudante do último ano de Medicina.

O Sr. Agostinho foi Secretário da Junta de Souto e Tabaçô eleito pelas listas do Partido Socialista e foi, por diversas vezes, candidato à Junta de freguesia de Souto pelas listas do mesmo Partido. Era escrivão adjunto no Tribunal Judicial de Arcos de Valdevez, tendo previamente passado por outros tribunais, num percurso sempre pautado por um enorme profissionalismo. Era um homem com um enorme gosto pelo futebol, desporto que foi praticando ao longo da sua vida, tendo sido atleta do Centro Recreativo e Cultural de Távora na sua juventude e continuando a praticar este desporto mais recentemente.

As palavras não chegam para descrever o Sr. Agostinho, que era um homem exemplar, bom pai de família, uma pessoa sempre bem-disposta, que criava um bom ambiente onde quer que estivesse. Desta sua forma de estar, são testemunhas todas as amizades que foi construindo ao longo da vida e que agora sentem a sua falta após a sua partida precoce. Deixa uma enorme saudade na família, nos amigos e em todos os que tiveram o privilégio de com ele privar

Por tudo isto, venho propor a este órgão que aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à distinta família e que, emanado no sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente

António Maria Sousa



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

Voto de Pesar – Dr. Américo Sequeira

O Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez, vem propor um voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Américo Sequeira aos 90 anos de idade.

O Dr. Américo, ocupou no decorrer da sua preenchida vida, diversas funções de grande responsabilidade política local e nacional, mas também foi professor, marcando pelo seu carisma e inteligência muitos dos arcuenses que foram seus alunos.

Exerceu funções de presidente da Câmara Municipal durante três mandatos (1982 e 1993) e foi igualmente presidente da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.

Eleito pelo partido social democrático à Assembleia da República, defendeu sempre os interesses de todos os arcuenses, apesar da sua sempre postura sempre discreta.

Os eleitos do Partido Socialista prestam desta forma homenagem a uma figura importante da vida política arcuense e demonstram um elevado respeito e estima pelo legado do Senhor Professor Américo Sequeira, propondo que este órgão aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à distinta família e que, emanado no sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez



Voto de Pesar

Falecimento do Dr. Américo de Sequeira

O Grupo Municipal do PSD, propõem um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor, Dr. Américo de Sequeira.

Natural de Arcos de Valdevez, Dr. Américo de Sequeira, nasceu a 01 de janeiro de 1932 e faleceu no dia 19 de março de 2022, aos 90 anos. Dr. Américo de Sequeira além da atividade política e de serviço público, foi também professor do ensino secundário.

Dr. Américo de Sequeira foi membro no Partido Social Democrata e Presidente da Comissão Política de Arcos de Valdevez, desempenhando diversas funções de grande responsabilidade a nível local, regional e nacional, dando o seu contributo na afirmação do partido.

Com um percurso de vida dedicado à ação política e ao serviço público, a nível local ocupou o cargo de Presidente da Câmara, durante três mandatos (entre 1982 e 1993) e foi Presidente da Assembleia Municipal (1976/1979 e 1993/1997). A nível nacional ocupou o cargo de Deputado da Assembleia das República, pelo Distrito de Viana do Castelo, na I e V legislaturas.

O Dr. Américo de Sequeira foi um político que através da sua ação contribuiu para o desenvolvimento de Arcos e Valdevez e para a melhoria da qualidade de vida da população. O Alto Minho deve a Américo de Sequeira a salvaguarda dos seus interesses, em algumas lutas importantes, na defesa de infraestruturas para a região.

Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua competência, cultura, humanidade, integridade, responsabilidade e disponibilidade no desempenho das suas funções enquanto político, autarca e cidadão. Era um homem de profundas convicções, que pugnava e lutava por aquilo em que acreditava. Merecendo um profundo respeito e admiração de todos. A sua partida é uma perda para Arcos de Valdevez e para o Alto Minho.

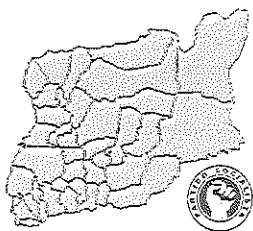
Dr. Américo de Sequeira é lembrado como um homem dedicado à causa pública e à comunidade arcuense e do Alto Minho, quer pela sua postura e conduta ao longo da vida, como cidadão e profissional.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento;
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Grupo Municipal do PSD



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

PAOD – Movimento associativo

Esta Assembleia de Abril, é usualmente marcada pela Prestação de Contas do executivo a esta Assembleia, e consequentemente aos munícipes Arcuenses aqui representados por todos nós.

O documento que será devidamente escrutinado por este fórum no ponto 4 da ordem de trabalhos desta reunião apresenta, no entanto, alguns números que merecem a nossa reflexão e análise.

O valor atribuído as associações e entidades sem fins lucrativos, que consta desta prestação de contas é de 2.160.000,00 € (somadas as transferências de capital e correntes), superior aos 2.119.600,00 € transferido para as Juntas de freguesia quer na delegação de competências quer através dos protocolos de apoio financeiro.

Não descurando a importância do movimento associativo como tecido vivo e estruturante da nossa sociedade civil, os valores aqui envolvidos requerem uma análise fina das atividades desenvolvidas ao longo do ano pelo movimento associativo arcuense.

No gabinete de apoio ao associativismo de Arcos de Valdevez, facilmente se percebe quais são as regras para que as associações se possam candidatar a um apoio municipal para a atividade regular da Associação, bastando para o efeito apresentar até ao dia 15 de maio, em formulário próprio e depois de devidamente inscrita a associação, orçamento e plano de atividades para o corrente ano, relatório de atividades realizadas no ano anterior, último relatório de contas aprovado em Assembleia Geral e as certidões de não dívida a segurança social e a Autoridade tributária.

Tendo o Grupo Municipal do Partido Socialista a certeza de que nenhuma Associação deverá ser apoiada pelo orçamento municipal sem serem escrupulosamente cumpridos estes critérios, vimos por este meio requerer ao Sr. Presidente da Câmara, que faça chegar aos grupos parlamentares eleitos e representados nesta Assembleia Municipal:

- Lista das Associações apoiadas no ano transato de 2021;
- documentos de suporte que deram origem a esse apoio, nomeadamente, orçamento e plano de atividades para o corrente ano, relatório de atividades realizadas no ano anterior, último relatório de contas aprovado em Assembleia Geral e as certidões de não dívida a segurança social e a Autoridade tributária.

Arcos de Valdevez, 26 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez





A11
[Handwritten signature]

CONGRATULAÇÃO

O Grupo do PSD congratula o Município e os vários parceiros pelo reforço da proximidade, da parceria e do apoio à comunidade emigrante e imigrante.

Reconhecemos o apoio do Município, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Emigrante e dos Serviços de Ação Social do Município, nomeadamente no apoio à integração e alojamento das famílias, no nosso concelho.

No apoio ao povo ucraniano felicitamos, o envolvimento da Câmara Municipal, dos arcuenses, das Juntas de Freguesias, das Associações e das Instituições no apoio na instalação e integração das pessoas e na promoção de campanhas de recolha e entrega de bens de natureza diversa.

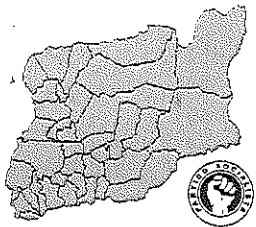
A proximidade à comunidade arcuense também está bem patente na celebração de protocolos de cooperação com autarquias estrangeiras e na participação do Município, em iniciativas promovidas pelos nossos conterrâneos, como a recente “Feira de Produtos Regionais Portugueses e da Ruralidade” em Nanterre, França. Este elo de ligação entre o Município e a Diáspora é essencial na promoção da nossa cultura, produtos e empresas, no estabelecimento de contactos com as autoridades locais e na atração de investimento, pessoas e visitantes.

Denota-se claramente o envolvimento da comunidade arcuense na promoção e no desenvolvimento de Arcos de Valdevez, através da concretização de investimentos ao nível da habitação, indústria, comércio e turismo, das constantes visitas e da participação ativa nas muitas iniciativas promovidas no concelho.

O trabalho, a dedicação e o empenho dos nossos compatriotas no Associativismo da Diáspora, espalhados por todo o mundo também é muito importante e é reconhecido, sendo de referir a Casa dos Arcos de Valdevez, em Lisboa, que retomou recentemente a sua atividade; a Associação Cultural do Minho em Toronto, atualmente presidida por Paulo Pereira, de apenas 26 anos e gerida por outros jovens com origens arcuenses; a Casa do Minho, nos EUA, dirigida pelo arcuense Jack Barreira, que este ano festeja 35 anos de existência; e a recondução da arcuense Ana Rodrigues, à frente do Centro Português de Ossining (Nova Iorque). A destacar ainda, que fruto do reforço da proximidade às origens da nossa comunidade emigrante, jovens filhos de emigrantes arcuenses, encontram-se atualmente a realizar estágios na Câmara Municipal e na Santa Casa da Misericórdia. Felicitamos ainda, o luso descente Daniel Pereira, residente no Canadá, pela publicação do livro “O Meu Minho” e sua intenção em publicar uma nova edição alusiva à riqueza histórica e paisagística de Arcos de Valdevez, o arcuense Jonh Bannon Dias, Jornalista na CBS, pela obtenção de duas estatuetas “Emmy”, prémio tido como Óscar da Indústria Televisiva e o Eduardo Vieira Scarpa, com origens arcuenses, pela gestão do fundo social “Protege Goiás”, que capta 2 biliões de reais por ano.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Grupo Municipal do PSD



A12-1

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

PAOD - Santuário da Peneda

O Património Artístico Religioso, é um testemunho histórico e fator identitário de uma região e das suas gentes.

Termos a real perceção da importância desses monumentos religiosos no território e na sociedade, com características específicas e próprias da representação de uma época, tornam fundamental a preservação deste tipo de património para o conhecimento da identidade de cada povo e região.

O desafio será conseguirmos conciliar o valor patrimonial existente com a necessidade de preservar e salvaguardar este testemunho histórico, capaz de revelar a nossa identidade e fazer com que a nossa herança cultural seja um dos pilares para o nosso conhecimento e desenvolvimento.

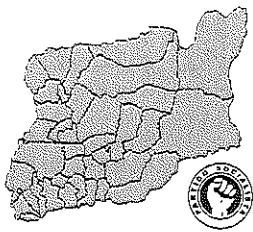
O reconhecimento da importância do templo de Nossa Senhora da Peneda, já efetuado por parte da Diocese de Viana do Castelo, elevando-o a santuário Diocesano em 2020, ano no qual celebrava os 800 anos da origem da devoção à Sr.ª da Peneda, são um exemplo paradigmático no Concelho de Arcos de Valdevez.

Como foi referido no decreto assinado pelo bispo de Viana do Castelo, o facto do “Templo e o conjunto patrimonial arquitetónico de serviços e apoios ao acolhimento, à vida religiosa, à logística e ao comércio, bem como o seu delimitado território, propriedade da Confraria de Nossa Senhora da Peneda, com sede na Paróquia do Divino Salvador da Gavieira, Arciprestado de Arcos de Valdevez”, ser “um dos monumentos marianos mais notáveis da Diocese de Viana do Castelo e, pela sua antiguidade, dos mais venerados em todo o Alto-Minho, estendendo-se o seu prestígio e influência à vizinha Região Autónoma da Galiza, no Reino de Espanha”.

Foi na altura ainda realçado a “especial antiguidade desta invocação —Senhora da Peneda” e “o conforto humano e espiritual, particularmente em tempos delicados de crise e peste que representa enquanto espaço de acolhimento de peregrinos provenientes de todo o Alto-Minho e da Região da Galiza”.

Em paralelo, em 2020, a autarquia arcuense encetou, em articulação com a Confraria da Senhora da Peneda, um processo de apresentação da candidatura do conjunto do edificado do santuário da Senhora da Peneda para que fosse reconhecida como imóvel de interesse nacional e um estudo para que a romaria - a própria festa - fosse inscrita na lista de Património Imaterial”, sendo a 30 de Setembro de 2021,





determinada abertura do procedimento de Classificação do Santuário de Nossa Senhora da Peneda, na Direção-Geral do Património Cultural, do Ministério da Cultura.

Este reconhecimento formal, era então assumido pelo Executivo como forma de conseguirem aceder a eventuais fundos para fazer obras de reabilitação do património, “existindo uma vontade assumida de dinamizar, ainda mais, o turismo naquela região e naquele local”.

Em declarações à Comunicação Social, o Presidente da Autarquia, afirmava nessa altura:

“Para nós, também é um motivo de grande satisfação, porque é o turismo de Arcos de Valdevez no seu todo que beneficia. É mais um atrativo em termos de património construído. É mais um atrativo em termos de turismo da natureza e turismo religioso. Há efeitos em termos económicos consideráveis.”

Na verdade, sendo o Santuário da Nossa Senhora da Peneda um dos maiores santuários Marianos do Minho e da Zona da Galiza, a atribuição desta classificação revela-se importante para o concelho de reconhecendo a importância do Santuário e aumentando a notoriedade do local, situado no PNPG, valorizando o património cultural e dinamizando o turismo.

As questões que se colocam é de saber o que está a ser acompanhado e desenvolvido pelo executivo para colmatar algumas questões que se tornam efetivamente premente resolver.

Os acessos ao Santuário de Nossa Senhora da Peneda, continuam, em pleno Sec.XXI, em péssimo estado e que não se coadunam com o potencial de turismo apontado para o local.

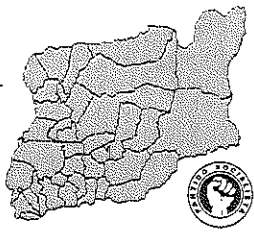
Existe neste momento verba alocada para a melhoria dos acessos?

As casas de banho que servem o Santuário estavam ainda há dias, num estado lastimável, sem qualquer limpeza e manutenção, a responsabilidade e competência nesta matéria é de quem?

A Unidade Hoteleira permanece fechada, existe alguma perspetiva de reabertura? Será fundamental que existam infraestruturas que sustentem um aumento de visitantes e atividade turística no Santuário e arredores.

Também é referido e reconhecido na própria candidatura, apesar do estado do Santuário e envolvente, ser de forma geral bom, é, no





entanto, alguns elementos precisarem de trabalhos de conservação, restauro e manutenção. Existe já uma inventariação desses elementos, os que necessitam conservação, os de restauro e quais de manutenção? Existe verba prevista pelo executivo ou será um investimento a ser efetuado pela Confraria?

Tendo no passado, a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez contratado, um estudo à empresa Geosite para avaliar o risco de movimentos (de vertentes) associados ao Penedo da Meadinha, no lugar da Peneda (Gavieira), com objetivo de avaliar a perigosidade de desabamento na escarpa da Meadinha e da vulnerabilidade do lugar da Peneda, será importante perceber se existem resultados deste estudo que sustentem a reabertura dos trilhos que até há pouco se encontravam fechados.

Urge questionar na verdade, se é seguro neste momento os trilhos circundantes ao Penedo da Meadinha estarem acessíveis ao público? Existe pelo menos informação partilhada com aqueles que ali pretendem caminhar? Há pelo menos sinalética a alertar para algum tipo de perigo?

Os eleitos do Partido Socialista reconhecem no Santuário da Nossa Senhora da Peneda, um lugar de paragem obrigatória a visitar o nosso Concelho, por estar situado num vale recôndito e de imensa beleza, no entanto, perante o exposto, existem questões que devem ser acauteladas e preparadas para não criar falsas expectativas na população já bastante envelhecida e um numa zona do concelho altamente desertificada.

É legítimo querermos o melhor para o Concelho e as suas gentes, no entanto não nos podemos esquecer do essencial e o mais simples, o bem-estar dos cidadãos, os que na nossa terra residem e daqueles que nos vem visitar.

O mais complicado será mesmo conseguir, um equilíbrio saudável, que respeite a identidade de uma região e da sua população, preservar a natureza que está integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês e a proteja de forma inequívoca os turistas que aqui nos visitam.

Os Eleitos do Partido Socialista solicitam por isso ao Sr. Presidente que preste os devidos esclarecimentos e que nos tranquilize sobre as questões de segurança aqui colocadas e da sustentabilidade turística da região e do seu impacto.

Grupo Municipal do Partido Socialista

29/04/2022



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 29 ABRIL
2022**



PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

Após dois anos de restrições e de recessão devido à eclosão de uma pandemia que ninguém estava à espera, que provocou consequências no tecido económico e produtivo do país, e estando ainda a recuperar das sequelas deixadas pelo COVID, somos confrontados com um conflito na Europa resultante da bárbara invasão da Ucrânia pela Rússia e de consequências imprevisíveis para o nosso futuro coletivo.

Portugal enfrenta nesta altura já aspetos que estão a afetar o desenvolvimento normal de uma economia que se pretendia com maior crescimento, e não estando a convergir para os níveis europeus, leva-nos a recear o pior no que se refere ao futuro.

Temos anunciada uma crise alimentar com os dois maiores produtores de trigo em guerra, e as preocupações e medidas de proteção do ambiente estão em risco devido à crise energética. A descarbonização entrou em compasso de espera e as energias renováveis não chegam para as necessidades do dia a dia. Com um país como Portugal que apresenta um PIB dos mais baixos da Comunidade Europeia e a ser ultrapassado pelos recentes entradas dos países da chamada Europa de leste, com custos de eletricidade dos mais altos da Europa, com o combustível a preços inoportáveis para uma economia que se pretende competitiva (é comparar com os preços que se verificam no outro lado da fronteira), com o IVA elevado, com uma enorme sobrecarga de impostos e a inflação a galopar, é caso para perguntar o que é que o Poder Local pode fazer para aliviar este avolumar de situações.

Sabemos que o nosso concelho tem sido atrativo para o turismo e aposta neste setor tem tido resultados positivos, mas temos de complementar com outras ações. A saúde não tem tido a atenção da autarquia e agora que se prevê a sua descentralização transferindo as competências para as autarquias é altura para reivindicar melhores condições. Pergunto ao Sr. Presidente se Já elencou essas carências e comunicou à tutela?

A questão das acessibilidades tem sido um ponto central na abordagem ao desenvolvimento do concelho que o CDS tem insistido. A ligação a Braga do eixo Monção, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Vila Verde, não foi considerado em nenhum plano de intervenção para o interior. A única ligação que Arcos de Valdevez tem com o exterior é por estrada. E se foi possível através do IC 28 termos uma ligação a Viana do Castelo, (eixo transversal) o eixo longitudinal com ligação a Braga que está na génese e formação destes concelhos do interior, foi esquecido. Curiosamente, o troço da estrada pertencente ao distrito de Braga está a ser beneficiado e

pergunta-se porque é que o trôço respeitante aos concelhos da CIM de Viana do Castelo (Ponte da Barca), não está a ser intervencionado.

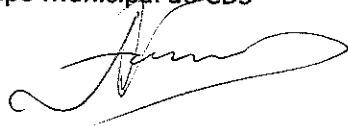
Seria de importância alta considerarmos a ligação ferroviária a estes concelhos do interior com Braga a ser o pólo de convergência. Parece que já está a considerar-se a ligação de Braga a Vila Verde com a expansão da linha de caminho de ferro através de um metro de superfície. Era altura de também considerar a possibilidade de o mesmo servir Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Monção. Este aspeto era importante nas medidas que se pretendem para a descarbonização e que agora mais se justifica com as implicações ambientais que a guerra veio trazer no palco europeu.

Sobre o PRR (Plano de Reestruturação e Resiliência) e as expectativas que sobre o mesmo recaem, pergunta-se ao Sr. Presidente que resultados é que têm sido obtidos com a sua execução. Sabemos das dificuldades para a execução de obras e os motivos que as originam. Sabemos que o Sr. Presidente também sabe e questiono o tem feito para ultrapassar esta questão.

Estes aspetos são fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, a par de outras medidas urgentes, nomeadamente habitações a custo controlado, maior oferta das zonas industriais, aposta na comercialização de produtos locais, há que planificar ações e concretizá-las no sentido de fixarmos os jovens, aumento da população e criação de maior riqueza.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Grupo Municipal do CDS





CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do PSD congratula o Município e os vários parceiros, pela concretização, apoio e participação em projetos e atividades ao nível do **Desporto, Vida Saudável e Lazer**, no concelho.

Felicitemos o Município arcuense, pela receção do título de Associado Honorário da Associação de Atletismo de Viana do Castelo, pelo contributo que tem prestado à modalidade.

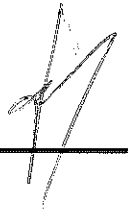
No apoio municipal à dinamização das atividades de desporto e lazer e à atividade do movimento associativo arcuense, destacamos a realização de mais uma edição do Soajo Trail e do Arcos TT, que voltaram a superar as expectativas. Felicitemos o Moto Clube e a Academia Desportiva pelo sucesso das iniciativas. De assinalar, que a Câmara Municipal já adjudicou as obras dos campos de ténis e padel.

Felicitemos o Centro de Atletismo de Arcos de Valdevez e os seus atletas pelos sucessivos sucessos alcançados, nomeadamente as gémeas Vanessa e Mariana Pedreira, pela conquista individual no Campeonato Nacional de 10.000 metros e no alcance do título coletivo de Vice-Campeãs Ibéricas, somando ainda, recentemente a atleta Vanessa o título de Campeã Nacional de Sub 23 na difícil prova da maratona. Referência aos atletas juvenis Anabela Sousa e Tiago Nogueira, também do Centro de Atletismo de Arcos de Valdevez pelo alcance dos títulos de Campeã e Vice-campeão do Quilómetro Jovem Nacional e João Ribeiro pelo alcance do 3º lugar no pódio geral dos 14 km, no VIII Trail Santa Luzia.

Destacamos por fim, a Homenagem da Associação de Viana do Castelo, a Jerónimo Martins, pelo longo e excelente currículo ligado à modalidade há mais de quatro décadas, como atleta, técnico e dirigente.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Grupo Municipal do PSD



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

PAOD – PDM

Uma das maiores ameaças que o nosso concelho enfrenta nesta geração, é a desertificação.

Os números são assustadores – 9 jovens com idade inferior a 15 por cada 100 habitantes, ou 388 idosos por cada 100 jovens. Urge repensar o território, tornando o mais atrativo e servido de infraestruturas e serviços que garantam a fixação de jovens.

Outra das notícias que surgiu esta semana, que em por base dados da Pordata, refere o abandono do setor primário, com quase 1 milhão de pessoas a deixar o setor de 1989 até 2019, sendo hoje em dia Portugal o quinto país da Europa com menos trabalhadores na agricultura por cem mil habitantes.

Os acontecimentos dos últimos dois anos, reforçados pela Guerra da Ucrânia, mostraram a Europa que tem que reverter a sua dependência de países externos a comunidade para o fornecimento de bens essenciais como sejam as fontes energéticas, os cereais, ou a produção fabril, dependência esta em muito financiada por uma PAC que, de uma forma muito simplista, nos pagava a nós portugueses, para não produzirmos. A reversão dessa política no setor agro-florestal será com toda a certeza uma realidade com a qual nos iremos debater nos próximos anos.

O abandono do setor primário para um concelho fortemente rural como é o de Arcos de Valdevez, e a conseqüente desertificação das nossas aldeias, coloca também em risco a nova galinha dos ovos de ouro concelhia – o turismo.

O Município de Arcos de Valdevez encontra-se neste preciso momento a rever um documento de gestão territorial – O Plano Diretor Municipal – que irá regulamentar tudo o que pode ou não se fazer no território arcuense, pelo menos na próxima década. A atividade económica do concelho, quer seja do setor primário, secundário ou terciário será regulamentado e condicionado por este documento de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

O Partido Socialista recomenda então ao Executivo, que tenha em atenção todas estas dinâmicas que atravessamos, na definição das políticas agrícolas e florestais que se encontra a delimitar para o concelho, em sede de revisão do PDM, olhando para esta nova realidade que irá advir desta nova cortina de ferro, para a necessidade premente de captação de novo investimento no setor primário, e para a criação de políticas efetivas de captação de jovens que se queiram fixar no concelho nesse setor. Precisamos de tomar medidas que nos diferenciem dos restantes concelhos, e que potenciem em Arcos de Valdevez, os apoios nacionais para a instalação de jovens.





Precisamos também de repensar os nossos espaços florestais, compaginando a atividade secular do pastoreio com a arborização das nossas serras. A atividade pecuária é essencial para a sobrevivência e manutenção de muitos agregados familiares nas nossas aldeias, mas essa atividade, quando desenvolvida por terceiros, não poucas vezes nem residentes no nosso concelho, colocam em causa outros valores como a sustentabilidade ambiental dos nossos ecossistemas e, em última instância, do planeta Terra.

A revisão do PDM pode e deve ter impacto na definição destas políticas de atratividade do concelho para o setor primário. O Partido Socialista está disponível para participar e colaborar nesse debate essencial, do nosso ponto de vista, para que daqui a 10 ou 15 anos, quando se estiver a debater a próxima revisão do PDM, não tenhamos perdido mais uma década a assistir ao lento definhar das nossas aldeias.

Arcos de Valdevez, 26 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez

Andrez Carlos Pinto





*Assembleia Municipal
Grupo Municipal do PSD*

416-1
[Handwritten signature]

CONGRATULAÇÃO

Os arcuenses, a Câmara Municipal e os seus parceiros estão de parabéns pelo forte desenvolvimento turístico que se verifica atualmente em Arcos de Valdevez.

Quer as entidades públicas, quer os agentes económicos do sector privado têm desempenhado um papel fundamental na promoção do nosso concelho e na criação de condições para que nos sedimentemos como um ponto de referência e destino turístico a visitar, a nível nacional e internacional.

Cada vez mais temos conhecimento da captação de novos investimentos, como por exemplo a abertura do hotel "Solar do Requeijo", a aprovação para a construção de novos empreendimentos turísticos de 4 estrelas, a recuperação das Casal de Selim, no Couto, entre outros. E já em 2021 contabilizamos em Arcos de Valdevez com 237 alojamentos, o que se traduz numa capacidade para alojar mais de 1600 pessoas.

Há muitos investidores no sector, nas várias dimensões. E aqui congratulamos a Câmara Municipal por criar um programa específico para o Turismo, o "InvestArcos" - que estará aberto até 31 de maio, direcionado para apoiar financeiramente novos investimentos nas áreas da restauração, alojamento e atividades turísticas.



*Assembleia Municipal
Grupo Municipal do PSD*

A16-2

É notório e inequívoco o papel que as entidades públicas e privadas têm desempenhado na criação de condições e na divulgação e exteriorização do nosso Município e das suas riquezas. Na gastronomia, com a realização do “Arcos à mesa”, na participação em mais uma edição da Bolsa de Turismo de Lisboa, e ainda na parceria com o Projeto de Valorização da Casta Loureiro.

E, nas infraestruturas, encontra-se em fase de conclusão o Parque Biológico do Mezio, o Espaço Valdevez e o Centro Etnográfico em Soajo, sendo que é continuo o investimento na rede de ecovias, passadiços, trilhos, miradouros, percursos de bicicleta, entre outros.

Não menos importante, antes pelo contrário, talvez represente o envolvimento mais importante nos sucessos anteriormente mencionados, é o papel dos nossos emigrantes e da diáspora. Espalhados por todo o mundo, trabalham arduamente na promoção e divulgação do nosso concelho e do melhor que ele tem para oferecer, contribuindo de forma decisiva para que a atratividade turística e económica continue a crescer. Note-se que, parte dos investimentos de iniciativa privada que acima notei resultam do repatriamento de dinheiro por parte de emigrantes arcuenses.



***Assembleia Municipal
Grupo Municipal do PSD***

A16-3

Por último, não há investimento, promoção e divulgação que sobreviva e floresça sem a riqueza das nossas tradições e os valores das nossas gentes, do nosso povo, características que não se compram, mas que marcam e vão com cada um daqueles que nos visitam.

Enquanto órgão político, deve ser inequívoco a nossa congratulação ao Município e aos muitos parceiros institucionais e privados.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Grupo Municipal do PSD



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

PAOD – Oficinas Padre Himalaya

As Oficinas de Criatividade Himalaya são um espaço dedicado à figura e legado de um dos maiores cientistas e visionários portugueses da viragem do século XIX, conhecido por Padre Himalaya, nascido em Arcos de Valdevez.

É apresentado no Site da Câmara Municipal como “uma plataforma de promoção da ciência e das múltiplas áreas do Conhecimento abrangidas pelo investigador, como a Ecologia e a Eco sustentabilidade, encontrando nas famílias, nos jovens e na comunidade escolar o seu principal público-alvo”.

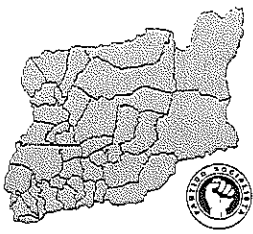
O que nos suscita alguma estranheza, é o facto de um espaço que se apresenta como disponível e acabado, continua a ter tantas empreitadas a ser executadas e valores avultados associados.

As questões que gostaríamos que o Executivo respondesse são as seguintes:

Estando já o edifício inaugurado, espaço a ser utilizado, visitas a decorrer, é normal continuarem a ser realizados trabalhos?

Como se explica que uma rampa de acesso de mobilidade condicionada não estivesse contemplada no início da empreitada?





Existe um estudo que preveja um plano credível de rentabilização do espaço?

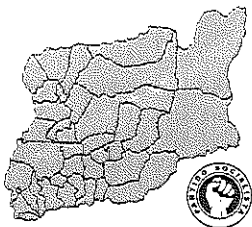
Os eleitos do Partido Socialista reconhecem a importância e relevância da existência deste espaço, mas pelo investimento já efetuado e continuado, é legítimo que saibamos quais as formas que este executivo prevê de retorno, para a manutenção dos espaço e recursos humanos ali alocados.

Grupo Municipal do Partido Socialista

29 de Abril de 2022

António Rafael Garcia





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

PAOD – Moção 1.º de maio – Dia Internacional do Trabalhador

Há 130 anos, centenas de milhares de operários de Chicago paravam as fábricas e inundavam as ruas numa luta que se fez histórica. Conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciavam uma luta: A greve geral!

As forças policiais, ao serviço dos patrões, nunca é demais recordá-lo, responderam com a mais brutal repressão e o protesto saldou-se em dezenas de mortos e centenas de feridos. Quatro dirigentes sindicais foram condenados a penas perpétuas e outros quatro enforcados.

Que perigosas exigências faziam esses trabalhadores? Oito horas! Oito horas para trabalhar,

oito horas para descansar, oito horas para o lazer, a cultura e a educação.

A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores.

O primeiro 1º de Maio livre celebrado em Portugal, 6 dias após o 25 de Abril de 1974, foi a maior

manifestação alguma vez organizada no nosso país, enchendo a Alameda de um sentimento de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade, como até aí nunca se tinha sentido em Portugal.

Trata-se de uma data de elevada importância para trabalhadores, movimento sindical e todos os defensores de uma sociedade mais solidária, mais justa e de afirmação dos valores sociais.

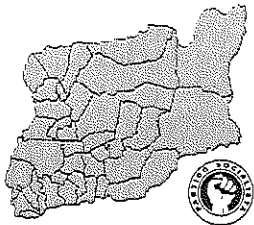
É, por isso, que com particular emoção, saudamos todos os trabalhadores arcuenses, no concelho ou na diáspora, todos os que se entregam as atividades da indústria, dos serviços e, particularmente, os que se dedicam à agricultura e à pecuária e que resistem à desertificação e ao abandono dos campos.

Saudamos todas as forças produtivas da nossa terra, os empresários, as empresas, as associações, as IPSS's, todos os organismos que promovem o trabalho e reconhecem a entrega e prestação dos seus trabalhadores.

Saudamos todos quantos nas suas atividades profissionais resistiram a esta terrível pandemia e asseguraram o mínimo de protecção e conforto aos seus concidadãos.

Saudamos com especial carinho os trabalhadores da autarquia, aqueles que servem os seus concidadãos e ao fazê-lo asseguram a realização do interesse público que é de todos e não apenas de alguns.





Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025

Urge significar a todos, sem excepção, o apreço que temos pelo seu esforço e empenharmo-nos, à nossa escala política e administrativa, na criação das condições para uma prestação de trabalho cada vez mais justa em regalias sociais, mais digna na compatibilização de serviço e formação, mais equilibrada em tempo e remuneração, empenharmo-nos na criação de condições para um concelho mais atrativo para a fixação de novas empresas, novas indústrias, novos nómadas digitais e novos agricultores. Todos são bem vindos e com a sua força de trabalho este será um concelho melhor

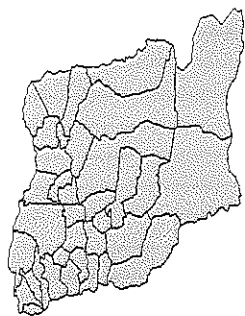
Vivam os trabalhadores! Viva o 1º de Maio!

Sendo aprovada requeremos a sua publicação no site do município e nos órgãos de comunicação local, designadamente o Jornal Noticias dos Arcos

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez





Grupo Municipal do Partido Socialista
 Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
 2021 - 2025

Boa Tarde a todos,

Iniciei em setembro, um novo ciclo de gestão autárquica, na Junta de freguesia de Rio Frio, no entanto ainda fortemente marcado pelas incertezas da Pandemia que tanto nos afetou.

Encaro este mandato com elevado sentido de missão e humildade, consciente da minha caminhada de aprendizagem, mas convicta de saber o que é melhor para a minha terra e as minhas gentes.

O que pretendemos no decorrer do nosso mandato é colocar Rio Frio no lugar que merece, pela sua história, pela sua dimensão e as suas gentes e melhorar as suas condições de vida, tornando Rio Frio uma freguesia mais atraível para fixação de mais jovens e retenção da sua população residente.

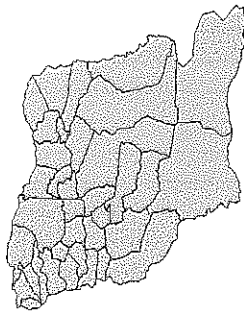
Hoje, venho perante esta Assembleia reivindicar apenas aquilo que penso ser indispensável para os meus fregueses, aquilo que sei que o Executivo Camarário também faz pelas restantes freguesias do concelho.

No que se refere à Rede de distribuição de água, temos ainda 2 lugares nos quais a população não usufrui deste serviço, não temos igualmente previsão deste investimento que é essencial para muitos de nós.

Saneamento básico, nem se fala, estamos a anos da luz daquilo que é proposto à população que está mais perto da sede de concelho, não existe, ou não é partilhada uma estratégia global de investimento nas freguesias mais afastadas do "suposto" centro do concelho.

Precisamos de infraestruturas para as crianças e jovens, não temos qualquer parque infantil, nem áreas de lazer para os mais novos, existe um campo de futebol, mal localizado que necessitaria de





Grupo Municipal do Partido Socialista
 Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
 2021 - 2025

disponibilização de um local para a prática desportiva num local mais central e acessível da freguesia.

Perante esta realidade como podemos manter as nossas crianças e jovens nas freguesias se não temos locais seguros para elas brincarem e divertirem-se.

Se tivermos uma população mais jovem conseguiremos atrair mais investimento para a nossa freguesia e desta forma criar postos de trabalho!

Atualmente a distância geográfica não pode continuar a ser desculpa para esta marginalização das freguesias mais longínquas, tem de existir vontade política para fazer acontecer e aproximar efetivamente estas freguesias ao restante concelho.

E porque o meu lema é a proximidade com as pessoas, sei que é isto que elas esperam de mim, que venha até vós e afirme que RIO FRIO não pode continuar esquecido, as suas gentes votaram na mudança e é esta mudança que incarno!

Espero que tenham anotado os pontos que referi, mas se não o fizeram, não se preocupem, estarei sempre aqui, em nome do meu Povo a vos relembrar que RIO FRIO também faz parte daqui.

“Queremos Rio Frio mais e melhor, mas com futuro”

Obrigada

Andreia Almeida P. B.



A20

Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022

Voto de louvor

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente vem propor um voto de louvor ao Dr. João Braga Simões e ao Dr. António Teixeira Rodrigues pelo prémio que lhes foi atribuído pelo projeto de investigação em Medicina Geral e Familiar, desenvolvido por ambos, em conjunto com a docente e médica Marina Gonçalves. Este foi um prémio atribuído no contexto de um Concurso promovido pela Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar e pela Associação de Investigação Clínica e Inovação Biomédica, no qual João Braga Simões e António Teixeira Rodrigues, que são docentes e investigadores da Escola de Medicina da Universidade do Minho, apresentaram um projeto dedicado à vigilância do tratamento da doença respiratória crónica.

É com um enorme orgulho que vejo dois arcuenses, um Vereador do Partido Socialista e um Deputado do Partido Social Democrata nesta Assembleia, a serem reconhecidos pelo seu excelente trabalho de investigação numa área tão nobre como a saúde e que visa melhorar a qualidade de vida das pessoas. Penso que este será um orgulho extensivo a todos os arcuenses que se depararam com esta notícia, que só reforça o enorme profissionalismo do Dr. João Braga Simões e do Dr. António Teixeira Rodrigues, que é há já muito tempo do nosso conhecimento.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente propõe a esta Assembleia que aprove este voto de louvor e que seja dado conhecimento aos dois premiados.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente

António Maria Sousa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29 DE ABRIL DE 2022

VOTO DE LOUVOR

Proposta de VOTO DE LOUVOR à **FOLIA-ASSOCIAÇÃO DE FESTAS DE ARCOS DE VALDEVEZ** pelo seu 20º Aniversário e toda a atividade desenvolvida.

Assinalaram-se no passado dia 12 abril 2022 os 20 anos da **FOLIA Associação de Festas de Arcos de Valdevez**. A FOLIA é uma Associação que tem por objeto a realização de eventos, animação cultural e desportiva, bem como manifestações de promoção dos valores tradicionais e culturais em geral e de Arcos de Valdevez em particular. Tem como principal parceiro o Município de Arcos de Valdevez e diversas Associações e Instituições Arcuenses com quem protocola apoios de forma à prossecução dos seus objetivos.

Ao longo dos seus 20 anos de existência, levou acabo mais de 300 iniciativas com esforço, empenho e dedicação, das quais destaco;

- 19 EDIÇÕES DO CARNAVAL,
- 12 EDIÇÕES DO DESFILE CARNAVAL DOS INFANTÁRIOS, PRÉ-PRIMÁRIAS, IPSS E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS.
- 19 EDIÇÕES DO S. JOÃO DA VALETA E MARCHAS SANJOANINAS.
- 13 EDIÇÕES DAS MARCHAS S. JOÃO DA VALETA DOS INFANTÁRIOS E IPSS
- 1 EDIÇÃO DO CARNASOL
- 19 EDIÇÕES DAS FESTAS DO CONCELHO DE ARCOS DE VALDEVEZ
- 17 EDIÇÕES DA FESTA DO RIO
- 13 EDIÇÕES DAS FESTIVIDADES EM HONRA DE N^a SR^a DA LAPA (2009)
- 12 EDIÇÕES DO INSUA DO VEZ SUMMER SESSIONS (2008)
- 19 EDIÇÕES DA PASSAGEM DE ANO
- 20 EDIÇÕES DO TAPETE EM HONRA DE NOSSA SR^a DO CASTELO
- 172 EDIÇÕES DA FEIRA DE VELHARIAS E ANTIGUIDADES.
- COLABORAMOS COM O CLERO E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA NA ORGANIZAÇÃO DA PROCISSÃO DO “ECCE HOMO”.
- COLABORAMOS NA ORGANIZAÇÃO DO 12º ANIVERSÁRIO DOS “NÓ CEGO” E EM DIVERSOS ANIVERSÁRIOS DA RÁDIO VALDEVEZ.
- REALIZAMOS e FESTEJAMOS O 1º; 2º; 15º E 20º ANIVERSÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO.

Através do Artista Arcuense Zé Mokuna levaram acabo mais de 250 esculturas em esferovite sobre o Carnaval e a Festa do Rio e com o Artista Arcuense Nuno Mokuna construíram o maior PALHAÇO de Portugal com mais de 4 m de altura.

Ao longo destes 20 anos, fizeram, movimentaram, e alteraram, e que não hajam dúvidas sobre terem colocado Arcos de Valdevez na rota das Festividades do Alto-Minho e do Norte de Portugal.

Contrataram mais de uma centena de artistas de renome Nacional, promoveram e deram preferência às nossas tradições, contratando artistas e grupos Arcuenses. Financeiramente movimentaram mais de 200 MIL euros/ano com a organização dos eventos, criando um retorno de mais valias no comércio local. Minimizaram custos à Autarquia e receberam apoios financeiros do Município na ordem dos 150 MIL euros/ano.

Criaram condições e potenciaram eventos que estavam adormecidos, inertes e desajustados, acabaram com muitos vícios e abriram as nossas Festas à Juventude, com o Festival Ínsua do Vez e à Religião, reativando com a anuência e colaboração do Clero, na pessoa do Srº Pe Aventino Freitas, as **Festas em Honra de Nossa Senhora da Lapa**. Criaram uma zona de convívio e degustação da nossa gastronomia, permitindo uma maior união e convívio em torno das nossas festividades. Organizaram as Festas para os Arcuenses, as Famílias e para quem nos visita, esperando que fiquem com SAUDADES de voltarem. Mudaram mentalidades e conseguiram que todos tenham uma atitude positiva, participando e fazendo parte dos festejos das Nossas Festas. Deixaram marcas para que os eventos possam crescer ainda mais, com bairrismo e tradição, enraizaram o Carnaval Arcuense e tornaram-no o maior do Norte de Portugal.

Sempre foram uma associação diferente, mas igual a tantas outras, trabalhando sempre em parceria com o Município, sacrificando horas do merecido descanso em prol de Arcos de Valdevez! Todos estes anos, apresentaram os Relatórios e Contas de Gerência e os respetivos Planos de Atividade e Orçamento, aos associados nas Assembleias Gerais onde foram aprovados por Unanimidade, sendo à posterior remetidos para a Câmara Municipal para conhecimento. Não é por mero acaso que esta parceria dura vai fazer vinte anos!

Há vinte anos atrás alguém escrevia sobre os Fundadores da FOLIA "...gente que trabalha desinteressadamente e com o coração pelas causas a que se dedicam."
(In Noticias dos Arcos - Domingos Calheiros)

Bem hajam aqueles que muito dão, sem nada esperarem receber.

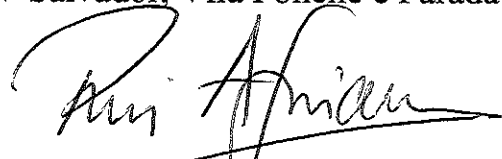
PARABÉNS FOLIA PELOS 20 ANOS DEDICADOS A ARCOS DE VALDEVEZ.

Neste sentido proponho a esta Assembleia Municipal que delibere;

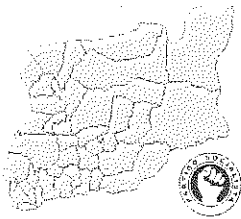
- 1 - Aprovar o Presente VOTO DE LOUVOR.
- 2 - Que depois de aprovado seja dado conhecimento do seu conteúdo à Direção da FOLIA - Associação Festas.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Presidente da Junta de Freguesia da UF de AV Salvador, Vila Fonche e Parada



Rui Fernando Gonçalves Aguiam



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

PAOD – Voto de louvor pelos 20 anos da FOLIA

Declaração de voto

Os eleitos pelo Partido Socialista abstiveram-se no voto de louvor pelos 20 anos da Associação Folia, apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada e fizeram-nos pelas seguintes razões:

O voto foi apresentado pelo Sr. Presidente da Junta o qual é simultaneamente membro da direção da Associação Folia, o que gera, desde logo, um conflito ético e de interesses a que não somos indiferentes e que não podemos deixar de assinalar. Como recorda o povo *ninguém é bom juiz em causa própria*.

O voto elenca toda uma série de actividades desenvolvidas ao longo dos anos, com o apoio monetário muito significativo do Município, ou seja, com dinheiros públicos, cuja gestão e aplicação deve ser pública, mas não é.

Anualmente a Associação em causa recebe do orçamento municipal dezenas de milhares de euros para promover as suas actividades, algumas nada consensuais na comunidade, factor que também pesou na nossa votação.

Por último, e não menos importanté, tantas associações existentes no nosso concelho, nas mais diversas áreas de intervenção e também sedeadas na União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, e sem qualquer referência ao longo de décadas neste órgão municipal, não merecem esta discriminação omissiva por contraposição ao exaltante louvor que é feito à Associação Folia

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez

(Vítor Manuel Morais de Sousa)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 29 ABRIL 2022



PONTO 1 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

- 1) Chama-se a atenção para o facto de Estradas Municipais apresentarem falta de sinalização horizontal pelo que se recomenda ao município fazer o levantamento das Estradas e Caminhos que necessitam de intervenção.
- 2) Pergunta-se por quanto tempo mais vai ficar interdito o arruamento dos quartéis agora designado de rua Nunes de Azevedo.
- 3) O IC 28 na travessia dos túneis impõe como velocidade máxima os 80 Km/h, o que tem resultado em multas, na medida em que a circulação antes e depois é de 120 Km/h. Pergunta-se se junto das entidades responsáveis seria possível estabelecer o limite de 100 Km/h a exemplo do que acontece com o túnel do Marão?
- 4) Chama-se novamente à atenção para a curva de Fontascos da EM 530 que liga a Vila de Arcos de Valdevez ao Vale e S. Jorge, no limite de Paçô com Arcos S. Paio, pela água que vem da variante que é lançada na Estrada Municipal quando deveria estar canalizada para o ribeiro. Com as chuvadas de ontem dia 27 de abril, a situação punha em risco a segurança da circulação automóvel.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Grupo Municipal do CDS



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 1 – Relatório de atividades do executivo (Fevereiro – abril / 2022) - Substituição de Revestimento do Pavimento do Parque Infantil da Vila.

Os parques infantis públicos apresentam-se como ambientes naturais que facilitam a prática da atividade física principalmente nos meios urbanos. O reconhecimento destes ambientes como promotores da saúde das crianças através da atividade física é inequívoca.

As questões que gostaríamos de colocar ao Executivo são as seguintes:

Este valor consignado na empreitada de substituição de revestimento do pavimento do parque infantil da Vila, no valor de 49.569,26€ e pelo prazo de execução de 60 dias, deve-se a uma necessidade detetada e que necessitava de intervenção?

Pode o Executivo facultar os valores de investimento neste parque nos últimos anos?

Terá existido uma seleção criteriosa dos materiais a utilizar aquando da última intervenção, bastante recente?

Tem o Executivo perceção do estado dos restantes jardins infantis existentes no concelho e das suas condições de segurança?

Tem o executivo conhecimento de juntas de freguesia, que em pleno sec. XXI, ainda não tem esses espaços para as suas crianças?

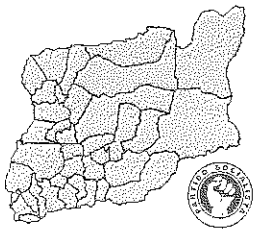
Perante esta realidade, gostaríamos de perceber se o Executivo está confortável com os valores que foram investidos num só parque em detrimento de muitos espalhados e outros inexistentes.

Grupo Municipal do Partido Socialista

29/04/2022

Jorge Barros





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 1 – Relatório de atividades do executivo (Fevereiro – abril / 2022) - Desagregação das freguesias

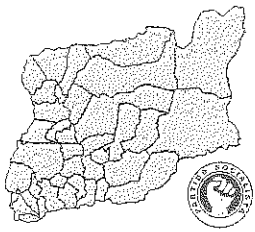
Em Arcos de Valdevez, a reorganização administrativa territorial implicou em 2013, a redução de 51 para 36 freguesias, das quais 13 são uniões, no entanto foi e continua a ser contestada por grande parte da população destas freguesias.

Convém igualmente lembrar que esta reforma administrativa levada a cabo, na altura, pelo governo PSD-CDS, não teve em atenção o sentimento das populações e a história de cada umas das freguesias agregadas, aquilo a que popularmente chamamos de lei feita “a régua e esquadro”.

Tendo sido uma promessa do partido socialista, apresentar uma proposta de lei que possibilitasse às juntas agregadas a reversão do processo, em dezembro de 2021, entrou em vigor o regime transitório previsto na nova lei-quadro de criação, modificação e extinção destas autarquias, no qual as freguesias poderiam iniciar o processo de reversão das agregações.

Será importante também recordar que o texto final, não se assemelha á proposta inicial, apresentada pelo Partido Socialista e que as sucessivas alterações introduzidas, desvirtuaram em parte, o objetivo inicial, que seria efetivamente de facilitar todo este processo de desagregação das Uniões de Freguesia que assim o desejassem.





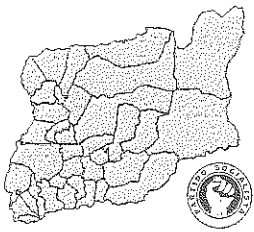
Perante estes factos, é fundamental, defender a existência de um debate responsável e alargado sobre a desagregação das uniões de freguesia existentes, pelo que teria sido relevante à semelhança de outros Municípios, ter sido a própria autarquia a promover este debate e sugerido eventualmente a criação de um grupo de trabalho com representatividade de todas as forças políticas existentes nesta Assembleia.

Parece-nos igualmente incompreensível, uma Câmara Municipal que gasta alguns milhares de euros em publicidade, não tenha alocado algumas centenas de euros para uma campanha de informação aos arcuenses e de incentivo ao debate nas assembleias.

Perante os critérios que a lei exige para a desagregação efetiva das uniões de freguesia, parecem-nos levianas as declarações do Presidente do Executivo Arcuense, na qual afirmou a vários órgãos de Comunicação Social, que a decisão da desagregação caberia às populações, por sempre ter considerado que as pessoas deveriam ter sido ouvidas..." acrescentando ainda que apoiaria os órgãos autárquicos e as populações que, **nos termos da lei**, pretendessem dar início ao processo de reorganização administrativa das freguesias".

A questão é mesmo esta, é que perante a Lei A Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesia e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, existem critérios extremamente rigorosos





que só se forem cumpridos na íntegra, podem levar à reversão destas Uniãoes.

Se concordamos em estar contra o processo de agregação das Uniãoes de Freguesia em 2013, estamos obviamente, agora em 2022, com a vontade das nossas gentes, mas devemos ter um discurso esclarecedor e responsável, e por isso tentamos ser facilitadores de informação, partilhando conhecimento e preparando-nos para as questões que legitimamente nos foram sendo colocadas sobre esta matéria.

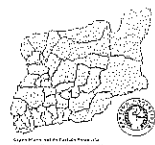
Gostaríamos por isso de questionar o Sr. Presidente, no sentido de nos esclarecer:

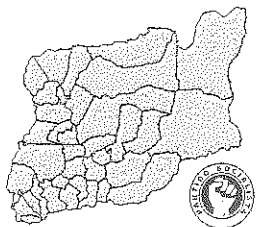
Qual informação facultada e partilhada às Uniãoes de freguesia do Concelho?

Teve reuniões com cada uma delas para esclarecimento dos critérios que precisavam ser cumpridos para esta reversão?

Sabemos quantas Uniãoes no Concelho podem pretender esta reversão?

Já tem informação de quantas vão efetivar este pedido de reversão?





Hoje, perante esta Assembleia, os eleitos do Partido Socialista, reafirmam a sua posição e partilham da frustração de muitos de vós.

Sabemos que esta lei defrauda a muitos, as legítimas expectativas de efetiva reversão de Uniões de Freguesia, mas a diferença, é que, de forma responsável assumimos que esperávamos mais e melhor, de quem elaborou, alterou, acrescentou e aprovou por larga maioria esta lei.

Grupo Municipal do Partido Socialista

29/04/2022

Jorge Barros





Assembleia Municipal Grupo Municipal do PSD

A26-1

CONGRATULAÇÃO

O Grupo Municipal do PSD congratula o Município e os vários parceiros, pela promoção e participação em projetos e atividades, direcionados para a construção de um futuro sustentável em Arcos de Valdevez, ao nível da **Governança e Desempenho Social e Ambiental**.

Destacamos, também, a **Parceria Autárquica** pela atribuição de apoios financeiros a 23 Juntas de Freguesia, no valor de 907 mil euros, destinados à realização de obras e limpeza de caminhos vicinais, bem como pela visita do Sr. Presidente da Câmara Municipal às 36 freguesias do concelho, no âmbito do roteiro de proximidade, que objetivamente visava tomar conhecimento das intervenções realizadas e a realizar, em colaboração com as Juntas de Freguesia.

Na **Educação** destacamos a intervenção na “Requalificação de Espaços Interiores do Bloco 4 na EB 2,3/S” no valor de 430 mil euros, a atribuição de 58 Bolsas de Estudo para o Ensino Superior no valor de 37 mil euros, e felicitamos a Epralima pela obtenção de três prémios no maior evento educativo de robótica a nível mundial, bem como o Agrupamento de Escolas pela programação da Semana Concelhia da Leitura Arte e Ciência, que envolveu a Biblioteca Municipal e as escolas do concelho e pela organização do II Encontro Nacional de Clubes Ciência Viva, que envolveu a participação de renomados cientistas nacionais e internacionais.

No **Património, Cultura e Ciência** a programação da Semana Santa; a programação da Casa das Artes que se distingue cada vez mais, como uma referência no panorama cultural nacional e a atividade promovida nas Oficinas de Criatividade Himalaya, no Paço de Giela, no Centro Interpretativo do Barroco, na Biblioteca Municipal e na Porta do Mezio, com evidência para as atividades promovidas no âmbito das férias da Páscoa. Endereçamos ainda os nossos parabéns à Folia, pelos 20 anos dedicados à atividade cultural no concelho. Felicitamos a Câmara pelo acesso gratuito à plataforma digital que disponibiliza mais 7000 revistas e jornais portugueses e estrangeiros.

Na **Habitação** foram aprovados dois Programas Municipais, “Renda Acessível em Valdevez” e “Subsídio ao Arrendamento Municipal”, atualmente em Consulta Pública, de apoio ao orçamento das famílias e à fixação dos jovens no concelho, no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

Em termos de **Ação Social**, de referir o apoio a 10 famílias desfavorecidas, de 100 mil euros na melhoria das condições de habitação, que se junta aos 250 mil euros de apoio atribuídos em 2021. A CPCJ de Arcos de Valdevez, promoveu um conjunto de iniciativas no corrente mês Abril, assinalando a importância da prevenção dos Maus Tratos na Infância. Está em curso a atualização do Plano de Desenvolvimento Social.



Assembleia Municipal
Grupo Municipal do PSD

Na **Mobilidade e Urbanização Sustentável** a destacar, que estão em curso diversas obras de melhoria da rede viária e segurança rodoviária pelo concelho, bem como o avanço dos trabalhos na reabilitação da Rua Nunes de Azevedo e em outros centros cívicos do concelho.

Na **Sustentabilidade Ambiental** destacamos o investimento municipal, na aquisição de veículos elétricos de apoio à atividade municipal, a instalação dos primeiros pontos de carregamento de veículos elétricos no parque da Azenha, e a aquisição de 160 novos contentores de resíduos sólidos. Assinalamos ainda, a participação do senhor Presidente da Câmara Municipal, no Ciclo de Conversas “As Reservas da Biosfera da Unesco”, em Serralves, sobre o tema “Reserva da Biosfera Gerês-Xurés”.

Finalmente, congratulamo-nos com o envolvimento do Município, das Associações e Instituições e da Comunidade Escolar, na promoção de um conjunto de atividades, no contexto das comemorações do Dia da Árvore e da Semana da Floresta.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata,

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 1 – Relatório de atividades do executivo (Fevereiro – abril / 2022) – Plano Municipal do Ambiente

Não venho cá questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre nada. Apenas regozijar-me por ao fim de quase 4 anos, o executivo municipal ter aprovado na sua última reunião de quinta feira, processo contratual para elaboração do Plano Municipal do Ambiente ao IPVC, forçado legalmente a isso.

Para os mais distraídos, ou para aqueles que não estavam cá no último mandato, o Grupo Municipal do PS apresentou em novembro de 2018 a Assembleia de então, uma proposta de revisão do Plano Municipal do Ambiente então disponível no site do município.

O grupo parlamentar do PSD afirmou, no debate da nossa proposta que a mesma não acrescentava nada porque a autarquia já se encontrava a rever o referido plano em parceria com a CIM, que estaria a desenvolver um plano intramunicipal para o combate às alterações climáticas:

O Sr. Presidente da Câmara referiu nesta sede que o Plano Municipal do Ambiente tinha sido elaborado pelos serviços técnicos e que é assim que deve ser, uma vez que inclui todas as actuações que a Câmara Municipal faz. A atualização do plano seria necessária para compilar todas as ações entretanto desenvolvidas.

Passado 4 anos, o que vemos: o IPVC a ser contratualizado para realizar um plano que há 4 anos o PS propôs. A concretização de outra proposta do PS, também à data, que o mesmo envolvesse as instituições académicas da região. E por fim, do processo concursal retiramos também que o mesmo é necessário por não haver, na câmara municipal, meios técnicos internos para o elaborar.

2 notas finais – era mesmo necessário ter deixado passar 4 anos, para, obrigado pela lei, finalmente termos este documento de extrema importância??

Apenas pedimos mais respeito ao Sr. Presidente da Câmara por este fórum, quando aqui interpelado, de forma a não vir aqui apenas debitar retóricas ocas.

Grupo Municipal do Partido Socialista

29/04/2022





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

**PONTO 1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (novembro 2021 -
fevereiro/ 2022) – Gabinete de apoio**

O Município de Arcos de Valdevez está solidário com o Estado Ucraniano e a sua população, o qual saudamos, e nesse seguimento disponibilizou dois canais de apoio que podemos consultar no site do Município, o canal do Serviço Social do Município de Arcos de Valdevez e o canal do Gabinete de Apoio ao Emigrante.

Ora quando apreciamos a proposta referente ao mapa de Pessoal do Município no mês de Dezembro para o ano de 2022 ao contrário da Divisão de Desenvolvimento Sócio Cultural que apresenta 132 colaboradores com mais 5 postos a prever, o Gabinete de Apoio ao Cidadão, ao Emigrante e Investidor não tem nem um, com a perspetiva de 1 técnico superior ainda a prover.

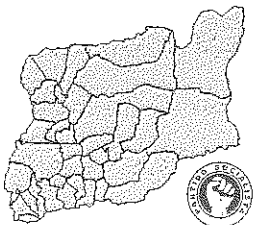
A nossa pergunta é se já temos esse técnico a trabalhar? Já temos o Gabinete a funcionar? Ou estamos a substituirmo-nos, órgão administrativo com fins políticos ao mesmo?

Considerando a importância das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo, especialmente a nossa, é premente que este esteja a funcionar e a exercer as suas plenas funções como estão nos restantes Municípios.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

29/04/2022





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 1 – Relatório de atividades do executivo (Fevereiro – Abril / 2022) – Hipermercados.

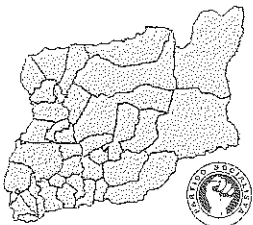
Em Arcos de Valdevez, a sustentabilidade do comércio tradicional é uma preocupação constante de todos os partidos políticos, inclusive do Executivo Camarário.

Tendo como premissa que o comércio tradicional é a base de qualquer Município e o sustento de muitos dos seus munícipes, é efetivamente importante investir em campanhas e empresas que acompanhem estes mesmos negócios, e o executivo do Município de Arcos de Valdevez, fá-lo, como é conhecimento de todos.

Após alguma pesquisa nos dados facultados no relatório de conta discutido nesta assembleia, com alguma dificuldade encontramos alguns valores que nos parecem estar relacionados ao comércio tradicional. No entanto, torna-se bastante complicado e complexo entender qual o “bolo” final, que direta ou indiretamente vai parar aos nossos pequenos e médios negócios, sejam eles na sede do concelho, ou nas muitas freguesias do nosso concelho.

Coloca-se aqui a questão de perceber se todos acabam por usufruir destas campanhas ou apoios. Mas podemos assumir, que dezenas de milhares de euros, são direcionados, anualmente, para o apoio direto ou indireto do nosso Comércio Tradicional, e bem!





Até aqui, podíamos discutir a eficácia de algumas ações, mas iríamos na maioria dos casos, concordar em muitas destas medidas. Mas o que nos traz aqui hoje, e perante as nuvens negras que pairam em Arcos de Valdevez, já há alguns anos, e continuámos com as mesmas dúvidas, que nunca são completamente respondidas ou assumidas, como verdadeiras ou falsas.

Sabemos que há interesses e movimentações para que dentro em breve, tenhamos mais duas grandes superfícies em Arcos de Valdevez.

O que os Arcuenses querem saber é, estão ou não estão previstos estes negócios em Arcos de Valdevez?

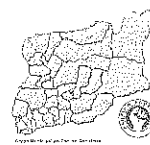
Vamos realmente ter mais DUAS grandes Superfícies comerciais, na sede do Concelho ou arredores e ainda a possibilidade de a instalação de um negócio de Fastfood?

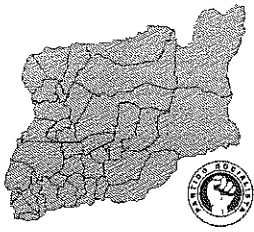
Pode hoje perante a Assembleia, o Executivo assumir que tal não acontecerá e fecharmos definitivamente esta questão e sossegar os nossos comerciantes?

Grupo Municipal do Partido Socialista,

29 de Abril de 2022

Forge Barros





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

Ponto 2 – Recomendação à Câmara Municipal relativa à adesão do município à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM)

Esta é uma proposta que celebra o poder local, que celebra a democracia que nos enriquece e que a todos deve orgulhar.

Esta é uma proposta que, como identificado nos Estatutos da ANAM, tem por objecto valorizar o papel das assembleias municipais na organização democrática nos Municípios.

De há muito que há uma tentativa generalizada e transversal a todos os executivos de desconsiderar se sentem confortáveis com o contraditório.

De há muito que há uma tendência generalizada de desvalorizar o debate, a reflexão e as propostas do órgão Assembleia Municipal. E com justiça cumpre dizer que esta má prática democrática não é exclusiva do PSD Arcos de Arcos de Valdevez. É uma generalidade em muitos municípios, cujos Presidentes e executivos não apreciam o escrutínio, não estimulam a participação, nem o debate.

E, no entanto, se atendessem às sábias palavras do Senhor professor Cândido Oliveira, ilustríssimo Catedrático Jubilado da Escola de Direito da Universidade de do Minho, um cultor de excelência da afirmação jurídica do Poder Local, o que aprenderiam.

Dizia o Senhor Professor no Seminário tido a 26 de Maio de 2012, sobre as Assembleias Municipais e Reforma do Poder Local:

“Quando falamos em assembleias municipais, quase sempre só pensamos em discussão, em troca de opiniões, coisas que se dizem, umas acertadas outras não, coisas para as quais não vale a pena ir lá, porque é perda de tempo.

No entanto, se bem pensarmos, há momentos muito importantes antes e depois do debate. Primeiro, nem sequer há debate sério sem previa informação, sem informação adequada, o mais completa possível sobre o assunto a debater.

Todos nós sabemos, por experiência, distinguir um debate sobre pessoas que sabem o que dizem porque estão informadas e pessoas que dizem, coisas que revelam ignorância dos problemas, autênticos disparates.





**Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025**

Todos nós sabemos distinguir essas discussões e sabemos qual é a diferença.

A diferença é, repetimos, a informação. Não há debate de qualidade, sem informação de qualidade, e partimos já da ideia (que é razoável) de que os membros da assembleia municipal não sendo génios são pessoas comuns que sabem raciocinar. Mas só podem raciocinar bem e tiverem informação. Sem informação, tem pouca (ou nenhuma) possibilidade de fazer um debate de qualidade. Um debate que não pode ser apressado. A ideia da pressa no debate, é uma ideia que não ajuda a encontrar a melhor deliberação.

Com boa informação e com debate de qualidade estão reunidas as condições pra tomar uma deliberação de qualidade e bem fundamentada.”

É o ponto é esse: tomar uma deliberação de qualidade e bem fundamentada. E tomá-la num órgão constitucionalmente consagrado como é a Assembleia Municipal.

Tempo, informação.

Palavras que tantas vezes já invocámos neste órgão.

Falta de tempo para debater, falta de tempo para analisar documentos – a CM envia 48 h antes das reuniões a documentação para os seus vereadores - informação para poder formular uma boa proposta. PDM, descentralização, rubricas orçamentais de “outros “e “outras”, entre outros exemplos que poderíamos convocar para assinalar neste órgão a sabedoria do Sr Professor e a importância pratica que tem.

Mas uma assembleia municipal só será verdadeiramente valorizada se tiver um espaço próprio de comunicação no site do município. Sublinhamos no site do município. É que o município não é a Câmara municipal. O município é uma autarquia local que tem dois órgãos constitucionalmente consagrados Câmara e Assembleia Municipal. Não permitamos mais que nos desconsiderem. O site é nosso e devemos ocupar o nosso espaço.

Uma assembleia é valorizada quando promove a proximidade com os cidadãos, quando vai ter com eles em sessões descentralizadas, quando lhes dá palavra no início dos trabalhos pra que estes também façam parte d discussão, quando lhes leva ao seu computador, ao seu telefone ou tablet a possibilidade de assistir em directo ou em diferido, ao debate que está a decorrer ou





já decorreu, aproximando e envolvendo uma comunidade num projecto de poder local comum.

Há arcuenses pelo mundo inteiro, há uma comunidade na diáspora desejosa de conhecer, de se informar de acompanhar o seu concelho. Porém, a recente decisão do Presidente da Mesa, suportada num despacho da Sra secretaria geral da CNPD, de exigir o consentimento individual de todos para poder autorizar a transmissão online das sessões, impede atingir este objectivo. Mutila o alcance do debate, da participação e do envolvimento que parecia ser por todos desejado. Afinal, em Fevereiro não aprovámos nesta sala, por unanimidade, uma inovadora norma regimental que permitia a transmissão online? Haverá alguém agora que não dê o seu consentimento para a transmissão contrariando aquele que foi o seu voto há 2 meses atrás?

Não queremos alimentar uma eventual teoria da conspiração urdida para silenciar oposições. Contudo os factos são estes:

- eliminar as declarações de voto orais no final das votações;
- restringir a possibilidade de substituição dos eleitos
- impedir a transmissão online das sessões da assembleia municipal por alegada violação da protecção de dados.

Haverá medo da democracia local? do debate? da pluralidade? Haverá medo da alternativa?

O Sr Presidente da Mesa sabe que o PS não se resigna, nem se resignará e já apresentou ponto para votação do regulamento sobre as transmissões. Muitos, mesmo muitos municípios, pelo país todo tem esta salutar prática. E em muitos também suportados em regulamentos aprovados por unanimidade dos eleitos. Que o nosso concelho não fique “orgulhosamente só” numa leitura muitíssimo restrita – e até cremos inconstitucional – da lei da protecção de dados e recordemos que estas sessões são publicas porque a democracia é publica e os assuntos aqui tratados são de todos e por todos devem ser conhecidos.

Confiamos que a adesão à ANAM permitirá ter ainda mais argumentos, mais elementos para este propósito muito caro para o PS: valorizar o papel da assembleia municipal.



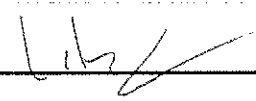


Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025

O nosso voto será de entusiasmo e de aplauso a esta adesão até porque em devido tempo já tínhamos apresentado esta proposta. Que dia feliz vê-la acontecer!

Arcos de Valdevez, 26 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez



(Vítor Manuel Morais de Sousa)

Proposta de REGULAMENTO

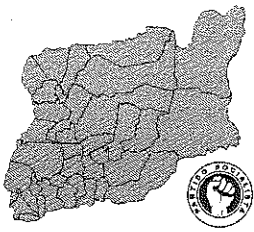
De Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto a captação e transmissão áudio e vídeo, em direto e online, das reuniões da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

Ponto 3 – Pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais no âmbito do procedimento de contratação de locação financeira para aquisição de duas viaturas novas ligeiras de passageiros 100% elétricas

Temos hoje aqui para nossa apreciação na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez o pedido de autorização prévia por parte do nosso Município para Aquisição de 2 Viaturas Novas Ligeiras de Passageiros 100% Elétricas, no valor base de cada uma de 53.040€ através da Contratação de um Empréstimo de Leasing pelo prazo de 48 meses.

Pedido no âmbito da Candidatura do Município à 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública-Fundo Ambiental, e do procedimento PF 730/22.

Para este montante e prazo indicados a previsão dos encargos financeiros enviados são os seguintes: 2022: 9.212,50€; 2023 e 2 anos seguintes de 2024 e 2025 pelo valor de 18.425€ e último ano o de 2026: 9.212,25€ O que soma um valor total por viatura a adquirir de 73.700€, como são duas a soma total das mesmas será de 147.400€, repito o valor das duas Viaturas Novas Ligeiras de Passageiros 100% Elétricas apresentadas será de 147.400€.

Estas aquisições, no âmbito da candidatura de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública que tem como objetivo promover a descarbonização e a melhoria do desempenho ambiental do Parque de Veículos do Estado por substituição de veículos com mais de 10 anos.

Não lhes parece um valor demasiado avultado? Para duas únicas viaturas? Qual a fundamentação para estes valores? Consultamos a lista de todos os carros elétricos à venda no mercado nacional, com informação da capacidade da bateria, e respetivo preço base, que deixamos em anexo, e encontramos veículos 100% elétricos já a partir dos 7.000€. No ranking de modelos mais vendidos a nível nacional, o Nissan Leaf: 27 350€, o Renault Zoe: 32. 240€ e os Peugeot e-208 e e-2008: 28 420€ e 32 470€ respetivamente. Para os valores aqui apresentados temos o Tesla Model 3: 50 900€, Hyundai IONIQ 5: 50 990€.

Tratando-se da substituição de veículos em frota do Município com mais de 10 anos, perguntamos que veículos vão ser substituídos? Que serviços têm prestado à comunidade? Estes novos vão prestar os mesmos serviços? Quantos veículos existem em frota? Para quê, qual a finalidade? São de consulta pública? O seu estado? Perguntamos porque de nada adianta substituir por veículos novos 100% elétricos para reduzir a emissão de CO2 quando os restantes poluem por dois ou quatro.

Sabemos que este programa está previsto contemplar a contratação, privilegiando os veículos de apoio logístico aos centros de saúde e respetivas extensões e a aquisição de postos de carregamento, serão para isso?





Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025

No entanto, parece-nos que a proteção ambiental fica por aqui. Porque continuamos sem ter um Plano Municipal do Ambiente, sem florestação que deveria estar já em curso e não está, e sofremos já hoje as suas sequências de seca, a utilizar herbicidas e pesticidas nas limpezas dos caminhos vicinais altamente cancerígeno proibidos pelo governo e pela UE muito utilizados para destruírem as ervas daninhas. A lei pune os infratores com coimas até 22 mil euros, no caso de serem pessoas coletivas, como por exemplo, as autarquias. As famosas descargas para o rio, que já um dia foi o rio mais limpo da europa, continuam, matando-nos tal como a milhares e milhares de espécies e fauna local, as luzes ligadas de dia, a rega quando chove.

Estamos a ser marcados profundamente por momentos difíceis na saúde, na defesa, finanças e na sociedade em geral. Não vemos existirem práticas de poupança para contingências futuras bem pelo contrário.

Na nossa opinião deveriam ser adquiridos modelos mais económicos e só se para substituir veículos obsoletos, e úteis à comunidade.

Solicitamos resposta às questões colocadas para respondermos a quem nos elegeru, bem como apelamos mais uma vez à criação do plano municipal para o ambiente de forma séria e exequível.

Assim sendo o nosso parecer é de que vemos com muita relutância a solicitação desta autorização prévia para aquisição de 2 viaturas 100% elétricas com um valor base individual de 53.040,00 €, para nós muito elevado. E só porque referem que se trata de substituição de frota é que nos abstermos.

Já não há meio ambiente... Mas preservemos o terço de ambiente que ainda nos resta. Porque quando acabar acabamos com ele. Só onde existe preservação da natureza, é que existe futuro.

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez





Anexo:

Fica aqui a lista de todos os carros elétricos à venda no mercado nacional, com informação da capacidade da bateria, e respetivo preço. De referir apenas que os valores indicados na lista correspondem ao preço base das versões com a bateria mais reduzida, sempre que exista mais do que uma para o modelo em causa. Divididos por escalão de preço, os preços podem variar a partir do 7.000€.

Em Portugal, durante o ano de 2021, foram vendidas 13 260 unidades de automóveis 100% elétricos, o que correspondeu a um aumento de 69,3% face a 2020.

No ranking de modelos mais vendidos a nível nacional, estão o Nissan Leaf, o Renault Zoe, e os Peugeot e-208 e e-2008

Preço.

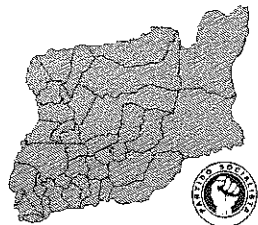
Os mais acessíveis, até 20 000€...

- Citroën Ami – 5,5 kWh – 7350€
- Renault Twizy – 6,1 kWh – 12 805€
- Dacia Spring – 26,8 kWh – 16 800€

Entre os 20 000€ e os 30 000€

- SEAT Mii Electric – 36,8 kWh – 21 000€
- Smart EQ Fortwo – 17,6 kWh – 22 845€
- Renault Twingo ZE – 22 kWh – 22 840€
- Smart EQ Forfour – 17,6 kWh – 23 795€
- Fiat 500e – 70 kWh – 23 800€
- Nissan Leaf – 40 kWh – 27 350€





· Peugeot e-208 – 57 kWh – 28 420€

· MG ZS EV – 44 kWh – 29 917€

Dos 30 000€ aos 40 000€

· Opel Corsa e – 50 kWh – 30 110€

· Renault ZOE R110 – 40 kWh – 32 240€

· Peugeot e-2008 – 50 kWh – 32 470€

· Renault ZOE – 52 kWh – 33 210€

· Mazda MX-30 – 35,5 kWh – 34 000€

· Kia e-Niro – 39,2 kWh – 34 150€

· Renault Kangoo – 31 kWh – 34 427€

· MINI Cooper SE – 28,9 kWh – 34 750€

· Volkswagen ID.3 – 45 kWh – 35 414€

· Skoda Enyaq – 55 kWh – 35 813€

· Opel Mokka-e – 50 kWh – 36 100€

· Honda e – 50 kWh – 36 360€

· Hyundai Kauai – 39,2 kWh – 36 500€

· Citroën ë-C4 – 50 kWh – 37 606€

· CUPRA Born – 62 kWh – 38 865€

· Volkswagen ID.4 – 52 kWh – 39 356€

Entre os 40 000€ e os 50 000€

· Hyundai Ioniq EV – 38,3 kWh – 40 575€

· DS 3 Crossback E-Tense – 50 kWh – 41 550€

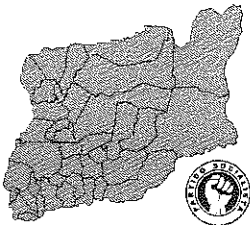
· BMW i3 – 42 kWh – 42 100€

· Kia EV6 – 58 kWh – 43 950€

· Audi Q4 e-tron 35 – 55 kWh – 44 814€

· Volvo C40 Recharge – 78 kWh – 47 376€





-
- Citroën e-SpaceTourer – 50 kWh – 47 444€
 - Opel Zafira-e – 50 kWh – 49 520€
 - Ford Mustang Mach-E – 76 kWh – 49 901€

os 50 000€ aos 60 000€

- Tesla Model 3 – 74 kWh – 50 900€
- Hyundai IONIQ 5 – 58 kWh – 50 990€
- Audi Q4 e-tron 40 – 77 kWh – 51 784€
- Lexus UX300e – 54,3 kWh – 52 500€
- Mercedes-EQ EQA250 – 66 kWh – 53 750€
- Peugeot e-Traveller – 50 kWh – 55 120€
- Volvo XC40 Recharge – 78 kWh – 57 151€
- Polestar 2 – 64 kWh – 60 000€

Entre os 60 000€ e os 70 000€

- Tesla Model Y – 50 kWh – 65 000€
- Mercedes-EQ EQB 350 – 66 kWh – 65 000€ (estimado)

Dos 70 000€ aos 80 000€

- BMW iX3 – 74 kWh – 72 600€
- Audi e-tron – 64,7 kWh – 72 719€
- Audi e-tron Sportback –



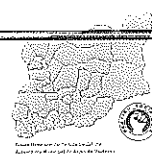
Ponto 4 – Prestação de Contas do Ano de 2021

A responsabilidade é um dos princípios basilares do Estado de Direito e democrático e uma das principais fontes de regulação de uma democracia, pois uma vez que o dever de pagar impostos constitui hoje uma exigência da cidadania, torna-se assim também o direito à prestação de contas, comprometendo todos os funcionários públicos e titulares de cargos políticos a responder pelas suas ações, decisões e omissões (Tavares, 2014). Os eleitos devem, por isso, exercer as suas funções e cargos de acordo com princípios e normas éticas e morais, respeitando sempre as normas jurídicas, fixadas como princípios basilares inultrapassáveis.

Segundo Nogueira (2016) a accountability tem que ver com “a obrigação de quem ocupa um determinado cargo, prestar contas de forma fidedigna e principalmente responsável, quer no âmbito público, quer no âmbito privado”. Trata-se, para o autor, de “situações que podem ser mensuradas e calculadas”, portanto podem ser “alvo de avaliação”, “quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos, sendo possível ser responsabilizado ou elogiado, caso o comportamento seja o mais adequado ou inadequado” (idem, 2016)

Segundo o Tribunal de Contas Europeu (2016), a boa governação caracteriza-se por um “controlo rigoroso, que exerce uma forte pressão sobre a melhoria do desempenho do setor público e a luta contra a corrupção”. Consideram esses juizes que a boa governação “pode melhorar a liderança, a gestão e a supervisão no plano organizacional, resultando em intervenções mais eficazes e, em última análise, melhores resultados”. “A boa governação no setor público incentiva uma tomada de decisões mais esclarecida”, bem como “a utilização eficiente dos recursos”, reforçando também “a prestação de contas pela gestão

Em relação aos documentos apresentados de Prestação de Contas Relativos ao ano 2021 parece-nos que o relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras apresentadas pelo Município de Arcos de Valdevez, nos termos das disposições legais





aplicáveis pela sociedade de revisores de contas auditora dizem tudo. Resumidamente e de forma clara deram um parecer com reserva sobre os documentos de prestação de contas do município designado por entidade relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que compreende o relatório das atividades e de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados, os mapas de execução orçamental e os respetivos anexos que são da responsabilidade do mesmo órgão executivo.

As bases para a opinião com reserva por parte do auditor são as seguintes:

1) Insuficiência de informação sobre o controlo da entidade dos elementos integrantes no seu ativo fixo tangível associado à sua grandeza de dispersão e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP que não permitem emitir uma opinião fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas rubricas supracitadas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) A entidade encontra-se a aplicar o sistema normalização contabilística para administração pública utilizando a prorrogativa do período mais alargado de transição prevista no (IPSAS) 33 por via do artigo 13 do Decreto Lei nº192/2015 que desta forma não permitiu dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) Apurar os bens que apresentam valor zero em normativo contabilístico Pocal;

b) Dar cumprimento aos Acordos de Concessão e Serviços devido à falta de informação sobre o valor dos ativos e passivos associados aos contratos de concessão em vigor pela ausência por parte da entidade na aplicação da Norma de Contabilidade Pública NCP 4- Acordos de Concessão e Serviços;

c) Em consequência da ausência de demonstrações financeiras das entidades associadas da entidade, não foi possível a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial não dando



desta forma o cumprimento do disposto na Norma de Contabilidade pública NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

A auditoria foi efetuada de acordo com as normas internacionais de auditoria ISA e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos revisores oficiais de contas e as suas responsabilidades, nos termos dessas normas de independência da identidade, nos termos da lei do cumprimento dos demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da ordem dos revisores oficiais de contas, foi suficiente e apropriado para proporcionar uma base de opinião com reservas.

As reservas do revisor oficial de contas são um ponto que se repete anualmente. Entendendo a dificuldade existente neste domínio queríamos apenas apontar, que outros municípios estão a fazer os seus inventários, elaborando antes de mais as regras, que vão reger essa valorimetria e quantificação dos bens.

- Em que ponto de situação se encontra Arcos de Valdevez?

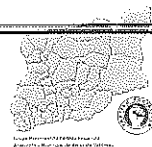
- Há anos que os executivos arcuenses tem a mesma reserva por parte do ROC. O que fez o Município para a corrigir? Porque não inicia o processo para a acabar com ela ?

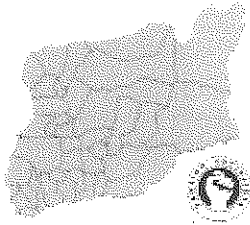
Sobre as Demonstrações Orçamentais, na sua opinião, estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com a NCP do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, contudo, consideram ser de referir que a entidade Município tem vindo a apresentar uma execução orçamental da receita abaixo dos 85% encontram-se nas condições previstas no número 3 do artigo 56 da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

Quando analisamos esta lei especificamente, vimos que a mesma enuncia:

SECÇÃO III

Mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal
Artigo 56.º Alerta precoce de desvios





1 - Sempre que, na informação trimestral reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, através do SIIAL, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

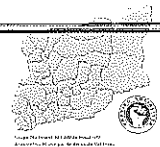
2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas, nos mesmos termos, as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

3 - No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 /prct. são informadas as entidades referidas no n.º 1.

4 - O alerta referido nos números anteriores é emitido pela DGAL, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º

5 - Os alertas referidos nos n.os 1 e 2 incluem ainda a evolução do rácio referido no n.º 1 ao longo dos três exercícios anteriores.

Sobre o relatório de Atividades e de Gestão, os revisores apresentam uma opinião com reservas, apesar do relatório das atividades e de gestão ter sido preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante ser coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, excepto quanto à não divulgação do dever de informação consagrado no parágrafo nº 34 da Norma de contabilidade pública NCP 27 - Contabilidade de Gestão uma vez que a referida norma se encontra em fase de implementação.





Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 - Contabilidade de Gestão NCP 27 — Contabilidade de Gestão 1 — Objetivo — O objetivo desta Norma é estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. Para efeitos desta norma, o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a entidade e utilizadores externos. Em concreto, com a presente Norma pretende -se alcançar os seguintes objetivos:

-Compreender como a contabilidade de gestão pode ser usada para apoiar os processos internos da gestão pública (vertente interna) e contribuir para os propósitos de responsabilização pela prestação de contas (vertente externa);

-Facilitar a implementação da contabilidade de gestão por todas as entidades públicas;

- Explicitar os vários conceitos de custos que podem ser aplicados para satisfazer as necessidades de informação das diversas partes interessadas e os processos de contabilidade de gestão relacionados;

- Estabelecer as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sistema de contabilidade de gestão e da informação a divulgar;

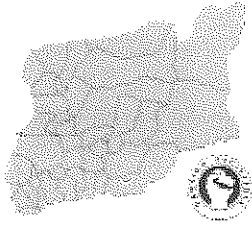
- Permitir uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas.

O parágrafo 34 específico que não está a ser cumprido diz :

34 — O Relatório de gestão deve divulgar, por cada bem, serviço ou atividade final, a seguinte informação:

(a) Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;





(b) Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades (se existirem);

(c) Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidente com o exercício económico.

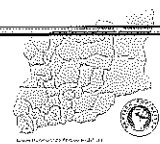
(d) Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados”

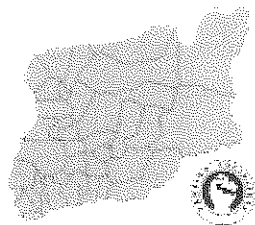
Se estes itens não estão esclarecidos e são os Revisores que o dizem, como podem querer que nós, oposição, aproveemos o que não se conhece, o que não está esclarecido?! É que sejamos claros o que estão a dizer é que não sabem, com o rigor e detalhe que são exigíveis, onde se gastou o dinheiro. E nós perguntamos ainda porque é que se gastou o dinheiro por termos tantas dúvidas quanto à relação qualidade/preço em tantas medidas adoptadas...

Ficamos perplexos perante estas observações dos Revisores, de um lado, e a atribuição de prémios por outro. Como é possível? Quem é que não leu todos os documentos?

É que o Município de AVV terá sido distinguido com um selo boa Governação Democrática Portugal 2020-2021 ELoGE (Selo Europeu de Excelência na Governação). Para isso, teria de cumprir 12 princípios, mas segundo os auditores parece que não o fez, designadamente presta contas que merecem as reservas de quem as deve certificar...Algo está mal, muito mal e é tempo de pararmos para corrigir e rectificar.

Os censos realizados em 2021, vieram evidenciar que no concelho de Arcos de Valdevez, o decréscimo populacional foi de 9,3 %. Em termos de números, o concelho perdeu 2 118 pessoas.





Em 2011 a população no concelho era de 22 847 pessoas e em 2021 é de 20 729.

O que vai de encontro ao que sempre dissemos :Arcos de Valdevez é um concelho cada vez mais envelhecido; onde a desertificação se dá quer ao nível da sede do concelho mas também ao nível das freguesias.

Neste domínio pouco se tem feito para contrariar esta realidade, as medidas de Natalidade e fixação da população são mínimas e pouco ambiciosas.

Agricultura é um sector difícil e que este Executivo ignora na sua essência. Poderia ser um fator potenciador de desenvolvimento sustentável e complemento de rendimentos às famílias, mas opta-se por promover apenas eventos e feiras, sem uma visão estrutural.

Em Arcos de Valdevez a Agricultura funciona como um apoio a economia doméstica das famílias que, embora não tenha neste sector a sua principal fonte de rendimento, mantêm atividades agrícolas para complementar a suas finanças e tirar da terra parte do seu sustento.

Esta atividade embora secundária é essencial ao concelho: permite que as áreas cultivadas se mantenham como uma barreira natural a progressão do mato em torno nas aldeias.

Outro Assunto pouco estimado por este executivo a Floresta e seu potencial como fator de desenvolvimento em vez de tragédia. Neste documento só se fala em limpezas florestais, ou seja remediar um problema. Gasta-se milhares de euros por falta de visão para este problema.

É verdade que, tecnicamente, as contas são o que são. Contudo, para lá do seu resultado aritmético, o resultado político





que é o que importa, fica aquém do que desejamos para o concelho e para os arcuenses: desenvolvimento, solidariedade, qualidade de vida, crescimento populacional!



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 29 ABRIL
2022**



PONTO 4 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021

Sr. Presidente da Mesa, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:



O presente Relatório e Contas refere o exercício contabilístico, efetuado pela autarquia durante o ano de 2021 com uma execução orçamental de 25,6 milhões.

As contas apresentadas estão inscritas nas competências dos municípios definidas nas leis do Poder Local e apresenta-se de acordo com as normas definidas no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

A receita referente ao ano de 2021 foi de 25,4 milhões de euros, mais 301 mil euros do que no exercício anterior (2020).

Sempre entendemos e temos referido na nossa intervenção do Plano e Orçamento que determinados setores deveriam ter uma maior atenção no sentido de dinamizar o tecido económico e permitir uma maior atração de população para o concelho. Desde logo temos o centro histórico da Vila de Arcos de Valdevez a necessitar de uma intervenção que permita um melhor circulação de forma que o comércio e o conjunto habitacional sejam beneficiados.

Na questão da Educação foi dado um passo para a constituição de um curso de formação superior, nomeadamente o Curso Técnico Superior de Mecânica Automóvel. Mas sempre foi nosso entendimento que outras áreas deveriam ser consideradas e que as novas tecnologias associadas a novas profissões que surgem num mundo em constante inovação, poderiam merecer um pólo universitário com valências mais abrangentes, que passaria com uma negociação com o IPVC.

Terá de haver políticas viradas para o setor de habitação. O município tem de ter em atenção a necessidade urgente de aumentar o parque habitacional para os residentes locais mas que estejam ao alcance dos salários que se praticam no concelho. Os jovens defrontam-se com dificuldades no arrendamento e compra de habitação própria.

Fala-se muito no turismo e a aposta que tem sido feita nesta área, com o setor privado a ter uma iniciativa que tem contribuído para uma maior oferta no que se refere ao chamado turismo rural, mas há que complementar com outras atividades que competem ao município. Falamos na cultura que está associada à presença do homem nestes territórios. Falta um lugar que acolhesse todo o acervo histórico existente e que associado à história e tradições, o turista que nos visita melhor ficaria a conhecer esta região.

Na fiscalidade verifica-se que a Participação Variável do IRS (4% relativamente aos rendimentos dos sujeitos com domicílio em Arcos de Valdevez), arrecadou uma receita de 421.860,00 euros mais 33.330 euros do que no ano transato. Continuamos a insistir na devolução da totalidade da Participação variável do IRS ao contribuinte que reside em Arcos de Valdevez porque as famílias iriam beneficiar, contribuindo para a economia local.

No IMI verifica-se que este ano a receita é de 2.120.900,00 euros com uma taxa de 0,35 % a incidir sobre o valor Patrimonial Tributário. Temos insistido para uma diminuição deste valor, para os valores mínimos no sentido de aliviar a carga fiscal dos contribuintes. Para quem paga este imposto, a diminuição de 0,05%, dava uma maior folga aos munícipes e o município acaba por ter uma margem mínima de diminuição.

Por último verifica-se no Parecer do ROC que nas RESERVAS, “Não foi ainda possível à Entidade proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero em contabilístico POCAL. São situações que passam de ano para ano e que não se resolvem, tendo inclusive o tribunal de Contas chamado à atenção para esta irregularidade. É caso para perguntar se estamos perante uma dificuldade irresolúvel ou se será falta de vontade.

Também a referência que o ROC faz, ao facto de “Apesar da Entidade dispor de um dirigente intermédio responsável pela contabilidade a quem compete exercer as funções de contabilista público por força do disposto no nº2 do art. 8 do D.L. 192/2015, não procedeu à sua nomeação formal”. Pergunta-se o que é que falta para a sua nomeação.

Conclui-se que a atividade do município no ano de 2020 diverge do que são as opções que o CDS apresentou, pelo que iremos abstermo-nos na presente votação.

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

O Grupo Municipal do CDS

**Assembleia Municipal
Grupo Municipal do PSD**



elizabeth baldas

A34-1

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez congratula desde já a autarquia pela execução orçamental de cerca de 25,6 milhões de euros no ano de 2021.

2021 revelou-se um ano desafiante, com o contexto pandémico bem presente, pelo que se revelou necessário adaptar e executar decisões, ponderar e pensar investimentos, e no fundo, fazer mais melhor pelo nosso concelho.

Esta execução foi mais uma etapa no processo de desenvolvimento sustentável de Arcos de Valdevez, com mais oportunidades para todos.

Toda esta dinâmica e objetivos alcançados é fruto do trabalho, envolvimento e entusiasmo, da Câmara Municipal e dos seus colaboradores, das Juntas de Freguesia, das associações e instituições, das empresas, da população residente e dos nossos emigrantes.

Deixemos então cair breves palavras de reflexão acerca das contas de 2021.

Em termos das Grandes Opções do Plano (GOP) foram realizados investimentos de mais de 15 milhões de euros, sendo afetos ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), um valor superior a 8 milhões de euros e ao Plano de Atividades Municipais (PAM) um valor de cerca de 7 milhões de euros.

E, em 2021 o Município teve um saldo de poupança corrente de mais de **6,2 milhões de euros**, tendo sido cumprida, de forma folgada, a regra do equilíbrio orçamental e reforçada a sua capacidade de investimento.

No que respeita à dívida orçamental a Autarquia cumpriu largamente todos os limites legais de endividamento, estipulados por lei.

1. Em primeiro lugar, nas Grandes Opções do Plano surgem **as funções sociais**, que assumem clara preponderância com um investimento de 8,1 milhões de euros (54%).

Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022



- a. Na **educação e formação** foram investidos mais de 1,4 milhões de euros que respeitam à conclusão de obras e à ação social escolar, onde o Município continuou a investir no apoio aos transportes, refeições, serviços escolares e auxílios económicos, desde o ensino pré-escolar ao secundário e ao ensino superior com a atribuição de bolsas de estudo.
- b. Na **coesão, saúde, inclusão e ação social** foram investidos cerca de 800 mil euros continuando a desenvolver programas de apoio social, para ajudar a população mais desfavorecida, e de apoio às instituições sociais, nomeadamente na resposta à pandemia, à população idosa e com deficiência.
- c. Na **habitação**, no âmbito da estratégia local de habitação, realçamos o apoio 248 mil euros à realização de obras de melhoria do conforto habitacional e os investimentos no âmbito do arrendamento jovem apoiado, no valor de 268 mil euros.
- d. No **ordenamento do território** verificamos que foram investidos cerca de 900 mil euros, dando continuidade Plano de Ação para a Regeneração Urbana no concelho. Nunca esquecendo que se encontra em curso a 2ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).
- e. Na **rede de infraestruturas básicas e sustentabilidade ambiental** damos nota do investimento de cerca de 2,8 milhões de euros na execução de obras de ampliação e melhoria das redes de abastecimento de água e saneamento em várias freguesias do concelho.
- f. No **património, cultura e conhecimento** foram investidos mais de 1,1 milhões de euros, para a manutenção e ampliação da rede de espaços culturais do concelho, com agendas de atividade diferenciadas e de referência.



- g. No desporto, vida saudável e lazer foram investidos cerca de 800 mil euros, tendo sido iniciado o processo para a construção da 3ª fase da Zona Desportiva, inaugurado o Centro de Bicicletas & Caminhadas de Soajo, e reforçadas as parcerias e o apoio às associações culturais, desportivas e recreativas em termos de atividade e na melhoria das suas instalações, equipamentos e veículos de transporte.
2. Em segundo lugar, as funções económicas, que absorveram cerca de 4,3 milhões de euros (28%) das Grandes Opções do Plano.
- a. Na indústria e energia, verificamos que a Autarquia investiu mais de 1,3 milhões de euros. Continuando assim a apoiar a atração de investimento, a criação de emprego e a inovação tecnológica, através do alargamento e qualificação dos parques empresariais, a aquisição de terrenos e o reforço dos incentivos à instalação de empresas. E, na energia, reforçou-se a rede eficiente ao nível dos edifícios municipais e iluminação pública.
- b. Na rede de transportes e comunicações notamos que foram investidos cerca de 1,9 milhões de euros, na reabilitação e melhoria das acessibilidades e no reforço da segurança rodoviária por todo o concelho. Nunca esquecendo o apoio financeiro direcionado para a rede transporte público do concelho.
- c. Na dinamização do setor comercial, empresarial e turístico foram investidos mais de 948 mil euros. Cremos que se justifica o investimento e relembramos a importância de programas como a 2ª edição do Programa PROCOM, de apoio financeiro à criação, expansão ou modernização do comércio. E do programa de apoio ao empreendedorismo e emprego, o "InvestArcos".



- d. Verificamos ainda que foi reforçada a parceria com as Juntas de Freguesia Autárquicas, tendo sido transferidos 1,9 milhões de euros, o que se traduz num aumento de cerca 400 mil euros em relação ao ano transato.
3. Por último, as funções gerais absorveram 785 mil euros, tendo sido realizados investimentos ao nível do governo eletrónico, da modernização dos serviços municipais, da sua transição digital e interatividade com os cidadãos. E tendo ainda o Município reforçado as parcerias com os membros da Proteção Civil, os Bombeiros Voluntários e a GNR.

Por todo o exposto, a Bancada do PSD na Assembleia Municipal faz um balanço muito positivo da Gerência de 2021, reflexo de uma gestão responsável e sustentável, em parceria com várias entidades e com os arcuenses, em prol do desenvolvimento sustentável em Arcos de Valdevez e como tal votaremos favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas.



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 4. Documentos de prestação de contas do ano de 2021

Declaração de voto

Os eleitos do PS votam contra porque:

No que diz respeito ao exercício contabilístico de registo da realidade financeira da Autarquia, cumpre aos eleitos pelo Partido Socialista declarar que, não havendo qualquer evidência, dentro daquilo que nos é permitido escrutinar, afirmar que tecnicamente está tudo bem

Mas então porque votamos contra?

Votamos contra porque estamos a falar da execução de um orçamento, fruto das opções políticas da maioria PSD e desde logo, as prioridades estabelecidas pela maioria PSD estão bem espelhadas, neste Relatório e Contas e não são as mesmas que o PS certamente teria se fosse Executivo.

Ora vejamos:

Num ano ainda de pandemia, de perda de rendimentos, de cancelamentos de actividade, de novas e imprevistas despesas, o que seria desejável é que o município nos dissesse que, apesar de tudo, aqui está ao lado das famílias, dos comerciantes, dos empresários, para os ajudar a manter a sua qualidade de vida.

Arcos de Valdevez é um concelho envelhecido.

Logo a natalidade que deveria constituir primordial preocupação do executivo é relegada para segundo plano

Na mobilidade o município investe em estruturas precárias, parciais e sazonais em que os transportes públicos só existem em tempos de escola, quando deveria ter uma estratégia de mobilidade integrada para os estudantes, os idosos ou aqueles que vivem mais isolados no vasto território do concelho.

Os contrastes existentes entre morar na sede de concelho ou numa freguesia, são imensos. Quanto mais longe uma freguesia estiver da sede de concelho mais dificuldades a população enfrenta, o que leva a que muitos desistam de tantos problemas e abandonem as aldeias.

Muitas freguesias ainda têm, no dia de hoje, as limpezas por fazer. Gasta-se milhares de euros em limpezas, mas não se resolve o problema, das florestas





Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025

A Agricultura está ausente sendo residuais as iniciativas para neste domínio, parecendo até que nós não somos um concelho maioritariamente rural. Mas somos. E devemos orgulhar-nos disso. Faz parte da nossa identidade como comunidade.

Na saúde nada muda. Há anos que não temos urgências, nem atendimento 24h no concelho, não temos qualquer medida de aproximação da saúde as aldeias ou ajuda aos idosos.

As reservas do revisor oficial de contas são outro ponto que se repete anualmente. Entendendo a dificuldade existente neste domínio queríamos apenas apontar, que outros Municípios estão a fazer os seus inventários. E o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tão zeloso - e bem - com normas e procedimentos, demite-se de exigir o inventário no agendamento desta reunião quando essa é uma obrigação legal. Ao fazê-lo prejudica o concelho e não contribui para um funcionamento correto, saudável e valorizado do órgão assembleia municipal.

Na sua essência já andamos a dizer tudo isto há anos. O Executivo, por pura teimosia e capricho, entre outros critérios que o motivam, não altera a sua linha política e assim mantem os seus resultados. Ora estes são claros: os Jovens, há décadas, que vão embora do concelho e quem cá escolhe ficar tem de ser muito resiliente ou não ter alternativas. É este o estado a que concelho chegou com esta gestão.

Por isso votamos contra, porque o Concelho que temos não é o tesouro de Ali-babá que a maioria PSD descreve. Talvez esta gestão seja para alguns, muito poucos, de facto um tesouro de joias preciosas e fortunas incomensuráveis que o conto descreve. Certo é que não é para todos. E nós queremos um concelho justo, coeso e rico para todos os arcuenses. É por isso que votamos contra.

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez

Vitor Sousa





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 5. PROPOSTA DA 1a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1a REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2022

Na sequência da elaboração dos documentos de prestação de contas do exercício de 2021, foi apurado um saldo de gerência de 169 941,00€, assim como o valor de 101.280,00€, resultantes de receitas por arrecadar por inexistência de rubrica.

Assim sendo tem o valor de 271.221,00€ montante a utilizar na inscrição e reforço de dotações e despesas.

Desde logo o executivo tem acesso a uma verba com a qual não contava e como tal sendo uma receita extraordinária, e como tal não prevista deveria ser utilizada para a valorização do Município e melhorias da qualidade de vida dos seus cidadãos.

No entanto deparamos-nos com espanto ou nem tanto assim, que este executivo atribui este valor a áreas de atuação diferentes da que seriam escolhidas pelo Partido Socialista.

Assim sendo, este executivo pede o reforço para verba sociedade e quase sociedade não financeiras, públicas no valor de 250 000 destinada a garantir a comparticipação do município da componente não financiada dos investimentos a realizar pela ADAM S.A.

E na verba Aquisições de bens de capital, investimentos e construções diversas no valor de 22 21- para o apoio ao combate a incêndios florestais.

Nem precisávamos esclarecer os presentes relativamente a qual das aplicações entendemos não ser a mais adequada.

ADAM entidade que em 2021 apresentou lucro, num ano de grandes dificuldades e em que o município teve de apoiar os consumidores com verbas para atenuar o custo das faturas da água vê a sua verba reforçada.

Não é no nosso entendimento correto.

Correto seria alocar este valor a apoios necessários para fazer face a crise económica que se agravou com a conjuntura internacional, ou seja mal saímos de uma pandemia e entramos em economia de guerra que irá trazer grandes problemas, quer as empresas quer as populações. Desde já verificamos um aumento de preços impensáveis a uns meses em bens essenciais.





Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025

Logo no nosso entender estas receitas extraordinárias deveriam fazer face a estes problemas também eles extraordinários e assim ajudar os Arcuenses.

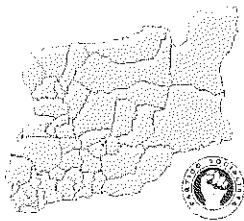
Por outro lado, e como todos percebemos, o município aceitou as competências na área da educação e na Acção social. Como serão inscritas as verbas transferidas no respectivo envelope financeiro?

Como estão as mesmas a ser transferidas nos protocolos já firmados? Não necessitaria o orçamento aprovado de ser revisto a luz destas novas ocorrências? Ficamos perplexos

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, 29 de abril de 2022

Ponto 5. PROPOSTA DA 1a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA E DA 1a REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2022

Declaração de voto

Os eleitos do PS votam contra porque:

No que diz respeito ao exercício contabilístico de registo da realidade financeira da Autarquia, cumpre aos eleitos pelo Partido Socialista declarar que, não havendo qualquer evidência, dentro daquilo que nos é permitido escrutinar, afirmar que tecnicamente está tudo bem

Mas então porque votamos contra?

Votamos contra porque estamos a falar da execução de um orçamento, fruto das opções políticas da maioria PSD e desde logo, as prioridades estabelecidas pela maioria PSD estão bem espelhadas, neste Relatório e Contas e não são as mesmas que o PS certamente teria se fosse Executivo.

Ora vejamos:

Num ano ainda de pandemia, de perda de rendimentos, de cancelamentos de actividade, de novas e imprevistas despesas, o que seria desejável é que o município nos dissesse que, apesar de tudo, aqui está ao lado das famílias, dos comerciantes, dos empresários, para os ajudar a manter a sua qualidade de vida.

Arcos de Valdevez é um concelho envelhecido.

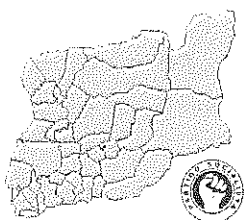
Logo a natalidade que deveria constituir primordial preocupação do executivo é relegada para segundo plano

Na mobilidade o município investe em estruturas precárias, parciais e sazonais em que os transportes públicos só existem em tempos de escola, quando deveria ter uma estratégia de mobilidade integrada para os estudantes, os idosos ou aqueles que vivem mais isolados no vasto território do concelho.

Os contrastes existentes entre morar na sede de concelho ou numa freguesia, são imensos. Quanto mais longe uma freguesia estiver da sede de concelho mais dificuldades a população enfrenta, o que leva a que muitos desistam de tantos problemas e abandonem as aldeias.

Muitas freguesias ainda têm, no dia de hoje, as limpezas por fazer. Gasta-se milhares de euros em limpezas, mas não se resolve o problema, das florestas





A Agricultura está ausente sendo residuais as iniciativas para neste domínio, parecendo até que nós não somos um concelho maioritariamente rural. Mas somos. E devemos orgulhar-nos disso. Faz parte da nossa identidade como com comunidade.

Na saúde nada muda. Há anos que não temos urgências, nem atendimento 24h no concelho, não temos qualquer medida de aproximação da saúde as aldeias ou ajuda aos idosos.

As reservas do revisor oficial de contas são outro ponto que se repete anualmente. Entendendo a dificuldade existente neste domínio queríamos apenas apontar, que outros Municípios estão a fazer os seus inventários. E o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tão zeloso - e bem - com normas e procedimentos, demite-se de exigir o inventário no agendamento desta reunião quando essa é uma obrigação legal. Ao fazê-lo prejudica o concelho e não contribui para um funcionamento correto, saudável e valorizado do órgão assembleia municipal.

Na sua essência já andamos a dizer tudo isto há anos. O Executivo, por pura teimosia e capricho, entre outros critérios que o motivam, não altera a sua linha política e assim mantém os seus resultados. Ora estes são claros: os Jovens, há décadas, que vão embora do concelho e quem cá escolhe ficar tem de ser muito resiliente ou não ter alternativas. É este o estado a que concelho chegou com esta gestão.

Por isso votamos contra, porque o Concelho que temos não é o tesouro de Ali-babá que a maioria PSD descreve. Talvez esta gestão seja para alguns, muito poucos, de facto um tesouro de joias preciosas e fortunas incomensuráveis que o conto descreve. Certo é que não é para todos. E nós queremos um concelho justo, coeso e rico para todos os arcuenses. É por isso que votamos contra.

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez



(Vítor Manuel Morais de Sousa)



Na primeira sessão deste mandato v. Ex.^a alertou-me para o fato de Assembleia Municipal não ser a mesma que eu havia integrado. Infelizmente constatado que assim é efetivamente. Quando aqui oudei muitas coisas, não nos reunimos - Nos tratamos de conflitos pessoais e muito nozes ^{de} associava o nome de pessoas ausentes para atacar a pessoa de financiamentos para ajudar em problemas que legalmente tem contrato com a Câmara.

Lamento e peço que se evitem estas situações que em nada nos dignificam. Felizmente são poucos os que utilizam esta metodologia.

Sr. Presidente, não tem que ter receio de dedicar o microfone e retirar a palavra a quem oportuno, todos os momentos para não deixar a discussão sempre a descoberto, que caracteriza a maioria da maioria deste Assembleia.

A30-2
K
M

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA DIRETORA DO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALDEVEZ

Saúdo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa os membros da Mesa e a funcionária municipal destacada para secretariar.

Saúdo ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal e na sua pessoa os srs. Vereadores presentes, bem como o funcionário municipal, destacado para exercer assessoria ao executivo.

Cumprimento igualmente os membros da Assembleia Municipal presentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

O presente contrato de delegação de competências na Diretora do Agrupamento de Escolas de Valdevez é resultante de uma imposição do atual Governo, que a pretexto de uma descentralização decretada, gota a gota, vai obrigando as Câmaras Municipais a transferir competências que até então detinha.

Ora se a Câmara Municipal aceita por unanimidade, sem qualquer reparo essa tarefa, pouco ou nada há dizer.

A38-3
/

Lamento que pelo menos não tenha sido reclamada a garantia comprovada da dotação financeira, ou seja dos meios indispensáveis, porque apesar de muitas das tarefas burocráticas agora delegadas já serem na prática executadas pelo Agrupamento, a gestão das despesas, com o controle municipal no que diz respeito à aquisição de fornecimentos externos perde escala e os preços dos produtos tendem a diminuir ou a aumentar em função das quantidades a adquirir.

Face à aprovação por unanimidade deste protocolo em sede de reunião camarária, o executivo municipal entendeu que existem as garantias de transferência de dotação financeira suficientes para a execução deste contrato.

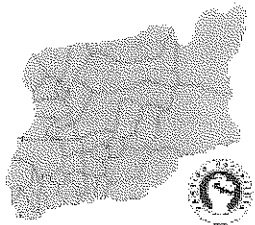
O nosso entendimento é diferente, o esforço financeiro municipal irá aumentar consideravelmente, ainda mais com a galopante inflação que já está em curso e que tem tendência de agravamento, pelo que os 114.000.00€ protocolados parecem-nos manifestamente insuficientes.

Por isso mesmo e porque pela nossa parte não queremos contribuir para o aumento das despesas municipais, sem que daí resulte benefício para o concelho, e porque não adianta votar contra este ímpeto descentralizador impositivo, ou por outras palavras, este sacudir água do capote por parte do governo, abstermo-nos, como forma de

A38-4

registrar esta imposição que achamos injusta por não incluir a dotação financeira de vida.

Antônio José Costa



[Handwritten signature]

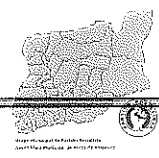
Ponto 6 – Autorização de celebração do Contrato de Delegação de Competências no Agrupamento de Escolas de Valdevez em matéria de Educação

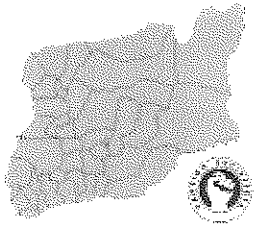
O regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, do referido diploma.

A Lei nº 50/2018 de 16 de agosto e do DL. nº 21/2019 de 30 de janeiro prevê o reforço e ampliação das competências municipais no âmbito da educação no território o que implica garantir a coordenação, articulação e planeamento da gestão partilhada.

Convém por isso relembrar que os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e novas exigências que se colocam.

A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos devem por isso, obedecer aos princípios de igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da boa fé, da necessidade e suficiência dos recursos, do princípio da boa gestão e da continuidade da prestação de serviço público.





Neste contexto, gostaríamos por isso, e primeiramente, de saudar a aceitação por parte do Município da delegação de competências. É uma medida de grande significado para o reforço e reconhecimento do poder local como agente da mudança e do desenvolvimento do território e da comunidade.

No entanto, na análise dos documentos e da informação acerca das competências transferidas, surgem-nos algumas questões e dúvidas que pretendemos que nos sejam esclarecidas.

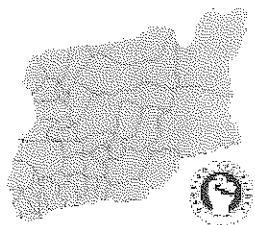
Antes de mais, existem competências delegadas neste documento que já estavam a ser assumidas pelo Agrupamento de Escolas, pelo que é redundante voltar a colocar neste contrato.

Mas o mais importante será perceber as verbas atribuídas pelo executivo para o cumprimento deste contrato. Designadamente saber se serão suficientes, se serão adequadas e se estão asseguradas a execução integral de todas as competências ao longo do ano.

Sendo assim, perguntamos: qual foi o valor transferido pela Administração Central à Autarquia na delegação de competências em matéria de Educação?

Esclarecemos desde já que nos parece incipiente o valor a ser transferido para o Agrupamento de Escolas, uma verba que rondará os 100.000€, tendo em conta, as competências a serem assumidas.





[Handwritten signature]

Existem cálculos efetuados que sustentem este valor? Podem, neste momento, dar-nos mais detalhes dos mesmos? Enviam-nos posteriormente?

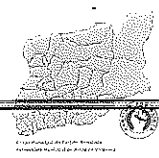
A manutenção dos espaços físicos, edifícios e ginásios, a necessária renovação do parque informático, por si só implicam valores significativos, qual o valor previsto efetivamente para estas rubricas?

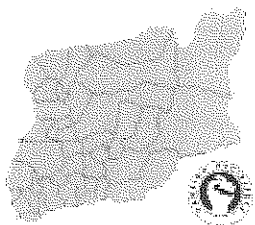
No que se refere à gestão dos recursos humanos, o que está contemplado? Foram consideradas essas competências neste acordo?

Parece-nos que 100.00 euros é um valor muito aquém das necessidades e da realidade deste contrato. Notem, Sr.s Presidentes e Senhores Eleitos, que se tivermos em atenção as verbas atribuídas pelo concelho de Ponte da Barca ainda mais preocupante se tornam esta análise e estes números quanto à sua ponderação e execução

Muito claramente Sr. Presidente, o que solicitamos é um esclarecimento sobre a forma como foi concebido este contrato e a sua sustentação? Se do Estado foi atribuído um valor, temos de ter conhecimento do mesmo e as razões pelas quais não foi o valor atribuído neste acordo superior atendendo à realidade do concelho?

Julgo poder dizer que nisto todos concordaremos: não admitimos, nem nunca aceitaremos estar a colocar em causa a qualidade do ensino dos nossos alunos do concelho e de do futuro dos mesmos! É por isso que precisamos de te que esta medida será consequente, eficaz e





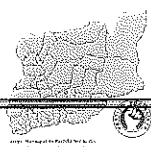
[Handwritten signature]

sustentável para o êxito que todos desejamos. As nossas dúvidas não são críticas. São dúvidas que emergem dos documentos distribuídos e que são insuficientes para nos dar o conforto da certeza nesta matéria crucial para o concelho: o futuro dos nossos filhos, a educação dos nossos filhos é garantia de que existirá futuro para Arcos de Valdevez.

Grupo Municipal do Partido Socialista

29/04/2022

[Handwritten signature]





Ponto 7 – Protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias de Aguiã, Paçô, Padroso, Rio de Moinhos, Sistelo e Uniões de Freguesias de Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela, de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, de Eiras e Mei, e de Souto e Tabaçô

Mais uma vez é nos apresentada uma lista de protocolos de apoio financeiro a celebrar com as Freguesias. Mais uma vez é nos apresentada uma forma de apoiar a criar condições para que os nossos Presidentes de Junta de Freguesia, eleitos à luz das conquistas de Abril, possam, num regime de proximidade e de inteiro conhecimentos das realidades e necessidades das suas freguesias e fregueses, desenvolver em pleno as suas propostas e metas.

Não vamos insistir nas diferenças vincadas que existem entre esta administração social democrata e a visão do Partido Socialista. É visível esta insistência em não querer descentralizar, manietando dessa forma os justos anseios dos Presidentes de Junta de Freguesia em desenvolver o seu mandato, por um lado, e do outro a vontade claramente expressa do Partido Socialista em querer atribuir mais valor às Juntas de Freguesia. Continuamos a defender que só de forma equitativa e justa, e descriminando positivamente as freguesias que nestes últimos anos foram sendo penalizados e sim, descriminadas negativamente é que se consegue potenciar a coesão do concelho

Vamos a factos: O grupo parlamentar do PS procedeu a análise do FFF das freguesias desde 2012 até 2022, ou seja, no ano anterior à agregação, até ao ano em que nos encontramos.

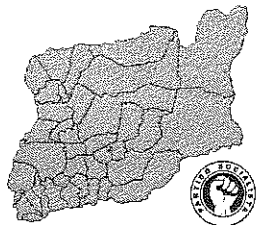
Em 2012, com 51 freguesias, o total da verba atribuída às mesmas, em FFF foi de 1.226.554,00 €. Em 2022, já com a agregação das Freguesias, o valor atribuído a totalidade das 36 freguesias, foi de 2.046.491,00 €, o que representa um aumento do valor total de 66,85 % de FFF em nos 11 anos analisados.

Realizando uma análise mais fina aos números, e olhando apenas para os aumentos de FFF verificados nas Uniões de freguesia, concluímos que o aumento de FFF verificado nas Uniões de Freguesia - e atenção que o valor que comparamos foi a soma do FFF em 2012 das freguesias que se agregaram, com o FFF de 2022 da União de freguesias agregadas - foi de 48,28 %, bastante abaixo da média global.

Se fizermos outro exercício, e olharmos para o aumento do FFF das freguesias que não sofreram agregação, de 2012 a 2022, calcula-se que a média de aumento para estas freguesias foi de 82,27 % havendo freguesias que duplicaram o seu FFF nestes 11 anos como é o caso da Miranda e de Cabana Maio, sendo que Cabana Maior teve um aumento de 113,15 % de FFF nesse período.

Olhando friamente para o que os números nos dizem – Freguesias agregadas 48,28 % de aumento de FFF. Freguesias não agregadas – 82,27 % de aumento de FFF. Fica aqui à vista de todos as poupanças da lei Relvas e a descriminação negativa que este executivo aplica nas Uniões de freguesia, ao tratar o que é desigual por igual.





Para concluir: uma pergunta, uma declaração e um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Na última assembleia municipal o PSD propôs uma recomendação à Câmara para estudo dos critérios de atribuição de apoios financeiros às Freguesias. A Câmara aceitou esta recomendação? Está a pô-la em prática? Que trabalhos foram já desenvolvidos? Quando teremos dos mesmos conhecimentos?

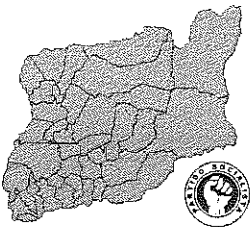
Uma declaração: O grupo Parlamentar do Partido Socialista eleito na Assembleia Municipal solidariza-se inteiramente com a posição tomada pelos vereadores do Partido Socialista em sede de reunião de executivo no que se refere às dúvidas éticas demonstradas quanto ao protocolo proposta para União de freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada.

Um requerimento: porque tratamos de forma desigual o que é desigual, requeremos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que coloque à votação individualmente os protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias e Uniões de Freguesia.

Arcos de Valdevez, 26 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez





Ponto 7 – Protocolos de apoio financeiro a celebrar com as freguesias de Aguiã, Paçô, Padroso, Rio de Moinhos, Sistelo e Uniões de Freguesias de Arcos de Valdevez (S. Paio) e Giela, de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, de Eiras e Mei, e de Souto e Tabaçô

Declaração de voto

O Grupo Parlamentar do PS eleito à Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, declara que, numa lógica de responsabilidade e prestação de contas, inerente ao cargo para o qual fomos eleitos, gostaríamos de informar os munícipes das razões do nosso sentido de voto. Antes de Mais, e ao contrário do que foi a regra, sempre aplicada pela bancada Socialista de não obstaculizar o normal funcionamento das juntas, votando assim sempre a favor dos apoios financeiros, neste caso em concreto, do protocolo de atribuição de apoio financeiro a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, dúvidas éticas surgem quanto às empresas a quem poderão ser contratados serviços de consultadoria, página de internet e design. São Dúvidas legítimas, que foram suscitadas pelos Vereadores do Partido Socialista ao Sr. Presidente da Câmara em reunião de executivo, e que para as quais não foram dados esclarecimentos suficientes, pelo que nos vimos na obrigação de nos abster nesta votação. Trata-se de valores demasiados altos para sempre votados sem os devidos esclarecimentos. Os nossos munícipes merecem de nós esta responsabilidade.

Arcos de Valdevez, 26 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez

(Vítor Manuel Morais de Sousa)





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

Ponto 8 – Propostas de alteração aos acordos de transferência de competências para os órgãos das freguesias de Ázere, Cendufe, Couto, Gondoriz, Jolda (S. Paio), Paçô, Prozelo, Rio de Moinhos, Rio Frio, Grade e Carralcova, Jolda (Madalena e Rio Cabrão), Padreiro (Salvador e Santa Cristina), Portela e Extremo, Souto e Tabaçô, Távora (Santa Maria e São Vicente) e Vilela, São Cosme e São Damião e Sá

O Partido Socialista de Arcos de Valdevez recebeu e analisou esta proposta com uma sensação agridoce.

Como já é conhecimento desta Assembleia, o Partido Socialista concorda plenamente com a descentralização de competências para as Freguesias, empoderando às mesmas nas suas funções e dando lhes mais condições para exercerem essa magistratura de proximidade, diminuindo a dependência do centralismo da câmara municipal.

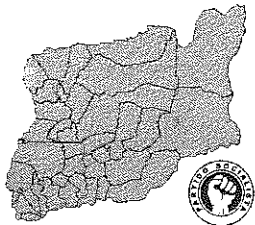
Não faz para nós qualquer sentido que um cidadão da Gavieira, Miranda, ou Rio frio, por exemplo, não conseguindo registar uma fogueira por telefone, se tenha que deslocar a Câmara Municipal para aí proceder a esse registo. Ao fim e ao cabo, a descentralização de competências é também o garantir da coesão territorial, melhorando a qualidade dos serviços prestados pelas nossas Juntas de Freguesia, e conseqüentemente a qualidade de vida dos cidadãos que aí habitam, sendo essas novas competências, em ultima instância, mais um fator de atratividade de novos residentes para as freguesias.

Saudamos por exemplo a freguesia de Ázere por ser uma das que neste protocolo aumentou as competências delegadas nos seus órgãos.

Não podemos, no entanto, deixar de salientar os aspetos negativos de todo este processo. Um deles claramente vincado na falta de divulgação, de informação, de apoio até pedagógico que a autarquia municipal coloca neste processo. Poderíamos por exemplo referir que mais de 90 % dos protocolos que hoje iremos ratificar, são meros aumentos dos valores ou de áreas. Uma redação técnica do clausulado deste protocolo mais cuidada e elaborado poderia prever já esses aumentos. O que tem que ser protocolado é a delegação de competências. Uma vez protocolada bastaria uma cláusula que prevísse esses aumentos no protocolo ratificado por esta Assembleia Municipal.

As propostas que nos foram remetidos denotam uma falta de cuidado e de respeito quer por esta Assembleia, quer pelas Assembleias de Freguesia, dado que os documentos remetidos pelo executivo em meados de abril já referem a aprovação por esta Assembleia neste dia e a aprovação em assembleias de freguesias, sendo que algumas serão realizadas no dia 30 de abril. Exige-se mais cuidado e respeito pelas órgãos eleitos e cuidado na formalidade dos documentos que são trazidos a este fórum.





Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025

São manifestamente poucas as freguesias de já aderiam às delegações de competências. Ficamos todos sem perceber o que as retrai de avançar pelo menos com aquelas que, sendo já do conhecimento público, trazem um envelope financeiro que garante a execução das mesmas.

Tendo em conta tudo o que acima referimos, recomenda o Partido Socialista, a criação de uma comissão de acompanhamento do processo de descentralização de competências para os órgãos das Freguesias, que promova a articulação, o acompanhamento e monitorização das matérias visadas nestes acordos, um pouco à semelhança daquilo que a Câmara se propõe fazer com a delegação de competências no agrupamento de escolas de Valdevez em matéria de educação, e que seja esta comissão de acompanhamento constituída pelo Sr. Presidente da Câmara ou em pessoa que entenda delegar, pelos representantes dos grupos municipais eleitos nesta Assembleia Municipal e pelo representante das Juntas de Freguesia.

Arcos de Valdevez, 29 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez

Ana Rafaela Gouveia





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 29 de abril de 2022

Ponto 8 – Propostas de alteração aos acordos de transferência de competências para os órgãos das freguesias de Ázere, Cendufe, Couto, Gondoriz, Jolda (S. Paio), Paçô, Prozelo, Rio de Moinhos, Rio Frio, Grade e Carralcova, Jolda (Madalena e Rio Cabrão), Padreiro (Salvador e Santa Cristina), Portela e Extremo, Souto e Tabaçô, Távora (Santa Maria e São Vicente) e Vilela, São Cosme e São Damião e Sá

Declaração de voto

O Partido Socialista de Arcos de Valdevez não poderia deixar de votar favoravelmente esta proposta, pela aposta clara que defende no empoderamento das Freguesias, de forma a melhorar a qualidade de vida das populações residentes, tornando as assim mais atrativas e competitivas, não podendo no entanto deixar de salientar a apatia demonstrada pela Câmara Municipal de Arcos de Valdevez em todo o processo, apatia essa claramente visível na falta de empenho, envolvimento, de apoio, de incentivo ou de informação disponibilizadas às Juntas de Freguesia neste processo.

Arcos de Valdevez, 26 de Abril de 2022

O Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez

(Vítor Manuel Morais de Sousa)

